



Fernando Miguel Faria Santos Pereira

RELATÓRIO DE ESTÁGIO NA FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE FUTEBOL

Relatório de estágio apresentado à
Faculdade de Direito da Universidade Nova
de Lisboa como trabalho final do 2.º ciclo
conducente à obtenção do grau de Mestre
em Direito

Orientadores:

Pela FDUNL: Doutor José Manuel Meirim, Professor da Faculdade de Direito da
Universidade Nova de Lisboa

Pela FPF: Dr. João Carlos Ferreira Leal, Diretor Jurídico da Federação
Portuguesa de Futebol

julho de 2015

RESUMO

O presente relatório tem por objectivo apresentar e descrever de forma detalhada o estágio realizado na Direção Jurídica da Federação Portuguesa de Futebol (FPF) de 15 de fevereiro a 15 de junho de 2015, com vista à obtenção do grau de Mestre em Direito.

Neste estágio pretendeu-se, como objectivo principal, compreender o trabalho desenvolvido pela Direção Jurídica e qual o seu papel na estrutura orgânica da FPF.

Numa primeira fase, e de modo a contactar com a maior diversidade possível de temáticas sobre as quais a Direção Jurídica se tem de pronunciar, procedemos à análise e resolução de várias questões que nos foram apresentadas.

Numa segunda fase, e após aprofundarmos o estudo de uma matéria em particular – a figura do Intermediário – procurámos esclarecer qual o procedimento a adotar após a entrada em vigor dos dois novos Regulamentos relativos à mesma – Regulamento FIFA e Regulamento FPF.

A transmissão da responsabilidade de regulação da atividade dos Intermediários, da FIFA para as Federações Nacionais, fez surgir um novo desafio o qual este trabalho pretende ajudar a resolver, tornando-se num quase-manual de instruções relativamente aos procedimentos que envolvem Intermediários, de modo a facilitar a intervenção de todos os intervenientes.

ABSTRACT

This report aims to present and describe in detail the internship held in the Legal Division of the Portuguese Football Federation (FPF) from February, 15th to June, 15th 2015, in order to obtain a Master degree in Law.

This internship had, as prior objective, to understand the work of the Legal Division and what its role in the organizational structure of FPF.

Initially, and in order to acquaintance with the greatest diversity possible of topics on which the Legal Division has to pronounce, we proceed with the analysis and resolution of several questions that have been presented to us.

In a second phase, and after deepen the study of a particular subject - the Intermediate – we sought to clarify the procedure that needed to be adopted after the entry into force of the two new Regulations on the matter - the FIFA Regulations and the FPF Regulations.

The transfer of the responsibility for regulation of this matter from FIFA to the National Federations, has raised a new challenge, which this report aims help solving, becoming a quasi-instruction manual on the procedures involving intermediaries, in order to facilitate the role of those involved.

DECLARAÇÃO ANTIPLÁGIO

Declaro que o texto apresentado é da minha exclusiva autoria e que toda a utilização de contribuições ou textos alheios está devidamente referenciada.

Mais informo que o presente documento tem xxxx caracteres.

AGRADECIMENTOS

INTRODUÇÃO

O presente relatório incide na temática do direito do desporto e reflete o elenco das atividades desenvolvidas no estágio realizado na Federação Portuguesa de Futebol (adiante, FPF), que decorreu entre 15 de fevereiro e 15 de junho de 2015.

O estágio constitui uma opção integrada no segundo ano do Segundo Ciclo de Estudos conducente ao grau de Mestre em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa¹ e teve como objetivos basilares relacionar e aplicar os conhecimentos teóricos com a realidade prática da atividade desenvolvida pela Direção Jurídica da FPF.

A oportunidade de acompanhar e participar em diversos procedimentos, conhecer novas realidades e diferentes métodos de trabalho permitiu consolidar e expandir os conhecimentos adquiridos, bem como, vivenciar dinâmicas inerentes ao funcionamento daquele Departamento e, num sentido mais amplo, de toda a instituição, correspondendo aos objetivos e expectativas previamente traçados.

Assim, este trabalho está estruturado em dois capítulos, que dizem respeito a diferentes dimensões exploradas e que, por sua vez, estão organizados em subcapítulos de acordo com cada tema abordado.

Deste modo, o primeiro capítulo diz respeito ao trabalho realizado durante o estágio, explorando as diferentes vertentes do mesmo, de uma forma analítica e crítica.

O segundo capítulo, prende-se com o estudo de uma temática, desenvolvido durante o estágio – Os Intermediários – procurando enquadrar a figura, bem como proceder a uma análise da regulação existente, com vista à elaboração de um *quasi*-procedimento interno para a FPF.

A Federação Portuguesa de Futebol titular do estatuto de utilidade pública desportiva, nos termos do Despacho n.º 5331/2013, de 22 de abril, é a entidade responsável pelo futebol em Portugal e está sediada em Lisboa, na Rua Alexandre Herculano, n.º 58.

As suas origens remontam ao ano de 1914, quando, a 31 de março, as três associações regionais então existentes – a Associação de Futebol de Lisboa, fundada em 1910 e as Associações de Futebol de Portalegre e do Porto, fundadas em 1912 –

¹ Artigo 30.º, n.º 1 do Regulamento do Segundo Ciclo de Estudos Conducente ao Grau de Mestre em Direito, disponível em <http://fd.unl.pt/Anexos/9012.pdf>.

se uniram e fundaram a União Portuguesa de Futebol (adiante, UFP), cujos Estatutos eram compostos por cinco artigos, a saber:

Art.º 1.º

A União Portuguesa de Futebol é uma federação que dirigirá o futebol no território da República Portuguesa.

Art.º 2.º

A sede da União Portuguesa de Futebol será em Lisboa.

Art.º 3.º

A União Portuguesa de Futebol tem por fim:

Propagar, estimular e regulamentar a prática do futebol em Portugal;

Promover a formação de associações regionais que se destinem, igualmente, ao progresso e regulamentação do futebol;

Prevenir as faltas ou abusos que possam cometer-se e, quando se cometam, reprimi-los;

Instituir competições entre as associações filiadas;

Proteger os interesses das associações filiadas, dos seus jogadores e dos juízes de campo;

Organizar o Campeonato de Portugal;

Fazer cumprir os presentes estatutos e todos os regulamentos da lei desta União.

Art.º 4.º

A União Portuguesa de Futebol adoptará os regulamentos do jogo conforme forem sucessivamente promulgados pêra direcção da Football Association e será exclusivamente filiada na Fédération Internationale de Football Association, com sede em Amesterdão.

Art.º 5.º

A União Portuguesa de Futebol é constituída por:

Associações regionais;

Ligas ou núcleos de clubes;

Sócios de mérito.

O pedido de adesão da UPF à FIFA foi provisoriamente aceite em agosto de 1914, mas a confirmação formal da filiação apenas surgiu no XII Congresso da FIFA, organizado em Genebra, em maio de 1923.

A 28 de maio de 1926, no Congresso Extraordinário, foi alterada a designação para Federação Portuguesa de Futebol, sendo que o primeiro Campeonato de Portugal se realizou em 1933, em Lisboa e no Porto, tendo sido criado, um ano mais tarde, o campeonato nos moldes atuais.

A 15 de junho de 1954 em Basileia , na Suíça, é criada a União das Federações Europeias de Futebol, mais conhecida pelo acrónimo UEFA, órgão administrativo e de controlo do futebol europeu, cuja sede ficou então instalada em Paris. A FPF integrou o grupo das 25 federações que estiveram na sua origem.

A 9 de abril de 1956 viu o seu mérito reconhecido, sendo-lhe atribuído o Grau de Comendadora da Ordem de Benemerência. A 5 de Julho de 2004 foi novamente agraciada, tornando-se Membro-Honorário da Ordem do Infante D. Henrique.

Nos termos dos atuais Estatutos da Federação Portuguesa de Futebol, esta é uma pessoa coletiva sem fins lucrativos, de utilidade pública, constituída sob a forma de associação de direito privado, que engloba vinte e duas associações distritais ou regionais, uma liga profissional de clubes, associações de agentes desportivos, clubes ou sociedades desportivas, jogadores, treinadores e árbitros, inscritos ou filiados nos termos dos estatutos, e demais agentes desportivos nela compreendidos (artigo 1.º, n.º 1).

São Órgãos Sociais da Federação Portuguesa de Futebol o Presidente, a Assembleia Geral, a Direção, o Conselho Fiscal, o Conselho de Justiça, o Conselho de Disciplina e o Conselho de Arbitragem, sendo que cabe aos Órgãos Sociais prosseguir o objeto da FPF², no âmbito das suas competências, bem como promover a ética desportiva, em particular nos domínios do combate à violência, dopagem e corrupção associadas ao fenómeno desportivo.

No que concerne aos Sócios, e nos termos do artigo 10.º dos Estatutos, a FPF integra duas categorias de sócios – os sócios ordinários e os sócios de inscrição ou filiação.

A primeira categoria é constituída pelas Associações distritais ou regionais, pela Liga Portuguesa de Futebol Profissional, por algumas das organizações

² “A FPF tem por principal objeto promover, regulamentar e dirigir, a nível nacional, o ensino e a prática do futebol, em todas as suas variantes e competições” (artigo 2.º, n.º1 dos Estatutos da FPF).

representativas de agentes desportivos³ e por outras associações reconhecidas pela FPF, enquanto entidades que contribuem para o desenvolvimento do futebol⁴.

Por seu turno, são Sócios de inscrição ou filiação os Clubes ou sociedades desportivas⁵, os jogadores⁶, os treinadores⁷ e os árbitros⁸.

No quadro Legal, Estatutário e Regulamentar, decorrente da aplicação do Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, Decreto-Lei nº 248-B/2008, de 31 de dezembro e dos Estatutos da Federação Portuguesa de Futebol, aprovados em 20 de maio de 2011, com as alterações introduzidas por escritura de 02 de outubro de 2012, cabe à Federação Portuguesa de Futebol assegurar a aplicação da disciplina nas competições desportivas, bem como garantir a existência de órgãos de jurisdição de recurso.

Cabe ainda à Federação Portuguesa de Futebol, entre outros, proceder ao registo dos jogadores participantes nas competições desportivas, quer tenham o estatuto de amador ou profissional.

A Direção Jurídica da Federação, criada na estrutura de funcionamento interno desta e dirigida pelo Dr. João Leal, é constituída por três Técnicos de Apoio Jurídico, uma Técnica de Secretariado, um Técnico Administrativo e dois Assistentes Administrativos.

Para além de apoiar a execução da legislação relevante, nomeadamente no que respeita aos Órgãos Estatutários, Conselho de Disciplina e Conselho de Justiça e registo de jogadores, tem como objetivo prestar auxílio, nas questões jurídicas e de um modo transversal, a todos os Departamentos e Serviços que integram a FPF e a todos os Órgãos Sociais desta, bem como dar seguimento a diversas temáticas Regulamentares.

Assim, a atividade da Direção Jurídica da FPF prende-se com o tratamento de questões essencialmente jurídicas no âmbito de processos de âmbito extrajudicial, judicial, aplicação da disciplina e justiça desportiva e registo de jogadores, a saber:

a) Emissão de pareceres e prestação de informações sobre questões de natureza jurídica e desportiva.

³ A saber, a Associação Nacional dos Treinadores de Futebol (ANTF), a Associação Portuguesa de Árbitros de Futebol (APAF) e o Sindicato de Jogadores Profissionais de Futebol (SJPF).

⁴ Nomeadamente, a Associação Nacional dos Dirigentes de Futebol (ANDIF), a Associação Nacional dos Enfermeiros Desportivos e Massagistas de Futebol (ANEDAF), bem como a Associação Nacional dos Médicos de Futebol (AMEF).

⁵ Filiados nas respetivas Associações distritais ou regionais.

⁶ Inscritos na FPF, na LPFP ou nas respetivas Associações distritais ou regionais.

⁷ Inscritos na FPF, na LPFP ou nas respetivas Associações distritais ou regionais.

⁸ Que integram os quadros de árbitros da FPF e das respetivas Associações distritais ou regionais.

- b) Preparação e análise de projetos de Regulamentação relacionados com a atividade da Federação Portuguesa de Futebol.
- c) Elaboração e análise de contratos, protocolos e comunicados oficiais.
- d) Acompanhamento e/ou intervenção direta nos processos judiciais nos quais a Federação Portuguesa é parte.

I. Relatório das atividades desenvolvidas

1. Processos das Comissões de Arbitragem

Numa primeira abordagem, e por iniciativa do Dr. João Leal, foram-me entregues para análise os processos ainda pendentes nas Comissões de Arbitragem, criadas pela FPF.

Estas Comissões têm por fim resolver os litígios emergentes das compensações de natureza financeira devidas aos clubes ou sociedades desportivas, estando previstas no artigo 20.º do Regulamento de Estatuto, da Categoria, da Inscrição e Transferência dos Jogadores⁹.

Artigo 20.º (Compensação por formação)

1. O clube ou SAD tem direito a uma compensação de natureza financeira relativamente ao jogador que, não tenha celebrado contrato de formação e sobre o qual tenha participado no processo formativo:

a. Celebre o primeiro contrato de trabalho desportivo até ao final da época em que complete 23 anos de idade; ou

b. Volte a ser considerado profissional, decorridos 30 meses de ter sido considerado amador.

2. Verificando-se o disposto na alínea a) do n.º 1 é devida compensação aos clubes ou SAD's que tenham participado no processo de formação do jogador entre os 12 anos de idade e o dia em que o jogador celebre o primeiro contrato de trabalho.

Por se tratar de uma litigância elevada e recorrente, com uma metodologia processual muito semelhante à dos tribunais comuns, trabalhei a informação numa tabela¹⁰ que realizei, de modo a facilitar a consulta e o acompanhamento dos mesmos, bem como o seu estudo.

Por outro lado, e de modo a facilitar o cumprimento dos prazos processuais, criei um calendário¹¹, que permite perceber em que fase se encontra cada um dos processos.

⁹ Comunicado Oficial n.º 487, de 29 de junho de 2012.

¹⁰ Anexo I.

¹¹ Anexo II.

Por incumbência do Diretor Jurídico, Dr. João Leal, realizei todo um conjunto de tarefas que me permitiram manusear todas as Leis e Regulamentos Desportivos, tanto nacionais como internacionais, de modo a que conseguisse resolver da melhor forma os problemas suscitados.

2. Direitos televisivos FPF

Nesse sentido, comecei por resolver uma questão relacionada com os direitos televisivos da FPF, no caso do futsal, mormente, de que modo é que a Federação transmitia tais direitos aos clubes para que estes pudessem dispor dos mesmos.

Em suma, concluí que, nos termos do artigo 60.º, n.º 1 do Regulamento Nacional da I Divisão de Futsal, “*A FPF detém os direitos de transmissão televisiva dos jogos, bem como dos respetivos resumos televisivos podendo instalar publicidade estática nos recintos daqueles exclusivamente para garantia da referida transmissão*”. Não obstante, estes direitos podem ser transferidos através de prévia autorização da Direção da FPF, conforme dispõe o n.º 4 do artigo 60.º (“*A transmissão televisiva total ou parcial dos jogos do Campeonato, em direito ou em diferido, apenas se pode realizar mediante prévia autorização da Direção da FPF*”), sendo que quem desrespeitasse esta formalidade, incorreria numa violação do artigo 78.º, n.º 1 alínea a) do Regulamento de Disciplina da FPF. No caso em apreço a transmissão foi concedida a um clube, que cedeu esse direito televisivo a um terceiro.

3. Segurança e utilização dos espaços de acesso público

Coube-me também a tarefa de perceber qual o papel que a FPF tem na aprovação de regulamentos de cedência e utilização de um estádio, mormente no que concerne ao enquadramento das questões relacionadas com a segurança e utilização dos espaços de acesso público.

Naquele âmbito, procedi à análise da Lei n.º 39/2009, de 30 de julho¹², nomeadamente no que refere ao artigo 7.º, n.º 1 da prevê que “*O promotor do espetáculo desportivo, ou o proprietário do recinto desportivo, no caso de este espaço não ser da titularidade do promotor do espetáculo desportivo ou do*

¹² Lei do Combate à Violência, ao Racismo, à Xenofobia e à Intolerância nos Espetáculos Desportivos.

organizador da competição desportiva, aprova regulamentos internos em matéria de segurança e de utilização dos espaços de acesso público.”

Tais regulamentos, e conforme o n.º 2, são “(...) elaborados em concertação com as forças de segurança, a ANPC, os serviços de emergência médica localmente responsáveis e o organizador da competição desportiva (...)”, sendo que “organizador da competição desportiva, conforme a alínea l) do artigo 3.º, consiste na “federação da respetiva modalidade, relativamente às competições não profissionais ou internacionais que se realizem sob a égide das federações internacionais, as ligas profissionais de clubes, bem como as associações de âmbito territorial, relativamente às respetivas competições”.

Assim, e dada a competência da FPF no que concerne ao futebol, esta considera-se competente para averiguar qualquer omissão nos regulamentos internos em matéria de segurança e de utilização dos espaços de acesso público, isto é, nos estádios futebol.

4. Protocolo SEF, FPF e LIGA PORTUGAL

Por outro lado, foi-me solicitado que, com base no Protocolo anteriormente celebrado entre o SEF e Liga Portugal, elaborasse um modelo-tipo de Protocolo com o mesmo objeto, mas tripartido quanto aos sujeitos: SEF, FPF e LIGA PORTUGAL, o que me fez compreender a projeção do futebol nacional no desenvolvimento do mercado transfronteiriço.

O protocolo, mais tarde alargado ao Sindicato dos Jogadores Profissionais de Futebol, procura estabelecer mecanismos de cooperação que facilitem a comunicação e articulação entre os quatro organismos e prevê a criação de um grupo de trabalho que terá como objetivos identificar e acompanhar casos de especial relevância, procurando uma resolução célere dos mesmos, bem como analisar medidas preventivas e sancionadoras adequadas.

Em conclusão, para que um jogador estrangeiro possa praticar futebol, tanto amador como profissionalmente, precisa de requerer ao SEF o visto de autorização de residência, bem como o seu Certificado Internacional.

No momento da assinatura do protocolo, a 2 de junho de 2015, o Presidente da FPF, Dr. Fernando Gomes, lembrou que embora não competindo ao organismo que tutela o futebol português a salvaguarda e um papel ativo em funções que não estão relacionadas com a vertente desportiva, a Federação não deixará de continuar a

reforçar a comunicação com o SEF e as restantes instituições envolvidas. “O futebol português é uma atividade reconhecida no mundo e um espaço de inclusão, que é procurado por muitos jovens. Mas esta inclusão tem de ser feita com regras. E este protocolo é um passo significativo nesse sentido¹³”.

5. Força executória das sentenças do Tribunal Arbitral do Desporto de Lausanne

Outro dos problemas suscitados, e que me obrigou a fazer uma pesquisa mais aprofundada, tanto de Regulamentos como de Leis, foi perceber em que medida as sentenças do Tribunal Arbitral do Desporto de Lausanne (TAS)¹⁴ têm força executória no âmbito nacional.

Como se verifica, as decisões tomadas em sede do Tribunal Arbitral do Desporto de Lausanne são decisões arbitrais, apenas cabendo recurso para o Tribunal Federal Suíço (equivalente ao Supremo Tribunal de Justiça). No entanto, este tipo de recurso serve somente para verificar se todos os requisitos processuais formais foram verificados.

De imediato, uma questão se levanta – se a decisão transitou em julgado, como se processa a execução se o jogador ou o clube se encontrarem em Portugal a praticar a sua modalidade? Poderá a FPF fazer valer os seus meios para executar uma decisão arbitral?

Da análise dos diferentes textos legais que regem esta matéria, resulta que, nos termos do disposto no artigo 64.º, n.º 2 do Código Disciplinar da FIFA, se um clube não cumprir tempestivamente, deve ser requerido à Federação competente que execute as sanções aplicadas.

Preceituam os artigos 1904.º e ss. do Código de Processo Civil, para que a decisão possa ter força executória em território nacional necessita de ser reconhecida pelo tribunal competente, ou seja, pelo tribunal da Relação do domicílio/sede do devedor (Lei da Organização do Sistema Judiciário).

¹³ <http://www.fpf.pt/Noticias/Noticia/Id/8775/Cat/787/highlight/1/caller/56/Cooperacao-alargada>.

¹⁴ O Tribunal Arbitral do Desporto de Lausanne foi criado em 1984. É uma instituição independente de qualquer organização desportiva, que tem por objetivo a resolução de disputas no âmbito do desporto, com recurso à arbitragem ou à mediação, recorrendo a regras processuais adaptadas às necessidades específicas destas matérias.

Nos termos do disposto do artigo 37.º do anterior Regulamento Disciplinar da FPF, a condenação no pagamento de dívida a pessoa singular ou coletiva integrada na FPF, individualmente ou por representação orgânica, emergente do incumprimento de contrato registado na FPF ou na Liga Portuguesa de Futebol Profissional ou de norma estabelecida na regulamentação de ambas, tem como efeito imediato que não sejam registados novos contratos ou compromissos desportivos ou ainda renovados os existentes do Clube ou agente desportivo devedor, desde que resulte de decisão transitada em julgado em tribunal comum, em tribunal arbitral constituído nos termos dos estatutos da FPF ou em qualquer tribunal ou comissão arbitral legalmente constituídos, nomeadamente na LPFP ou ainda na comissão arbitral paritária prevista no contrato coletivo de trabalho celebrado entre a LPFP e o Sindicato dos Jogadores Profissionais de Futebol.

Mais ainda, nos termos do disposto no n.º 8 do artigo 53.º do das Regulamento das Competições Organizadas pela Liga Portuguesa de Futebol Profissional, “não serão registados novos contratos de jogadores ou renovados os existentes dos clubes que tenham dívidas, declaradas por sentença de Tribunal, Comissão Arbitral da Liga, Comissão Arbitral da Federação Portuguesa de Futebol ou Comissão Arbitral Paritária do C.C.T.J.P.F., com trânsito em julgado, com pessoas singulares ou coletivas integradas na Federação Portuguesa de Futebol, individualmente ou por representação orgânica, desde que as mesmas resultem do incumprimento de contratos registados na Liga e Federação Portuguesa de Futebol ou de normas estabelecidas na regulamentação da Liga ou da Federação Portuguesa de Futebol”.

Pelo que, se conclui que, não sendo o Tribunal Arbitral do Desporto de Lausanne um tribunal nacional ou um órgão afeto à FPF, FIFA ou UEFA, as decisões deste, de modo a serem executadas, necessitam de ser reconhecidas em Portugal, nos termos acima referidos.

6. Regulamento dos Intermediários da FPF

Tive ainda o privilégio de participar na elaboração do Regulamento de Intermediários da FPF, o me compeliu a um estudo exaustivo das figuras do agente de jogadores e do empresário desportivo, tarefa que viria a suscitar todo um conjunto de questões, as quais, de imediato, resolvi aprofundar, e que serão alvo de desenvolvimento em 4..

Procurei, na minha atuação, contribuir para a simplificação do procedimento interno na FPF, de modo a desburocratizar o processo e agilizar o registo dos intermediários.

7. Atribuição de verbas decorrentes das competições organizadas pela FPF

A análise de um caso concreto levou à necessidade de fundamentar o procedimento realizado pela FPF no que concerne à atribuição das verbas decorrentes das competições por si organizadas aos clubes. Assim, e considerando que um clube tem direito a uma determinada verba por participar numa competição organizada pela FPF, tal verba não é entregue diretamente ao clube mas sim à Associação de Futebol onde o mesmo está integrado. Este procedimento decorre de razões de proximidade e da maior facilidade de obter informações por parte das Associações.

Por outro lado, os clubes associados nas respetivas Associações de Futebol estão obrigados a pagar-lhes quotas de inscrição, cuja execução provoca algumas dificuldades, pelo que a FPF entendeu que este procedimento poderia constituir um fator facilitador para a cobrança dos mesmos.

8. Contribuição de solidariedade

Nos termos do artigo 21.º do *Regulations on the Status and Transfer of Players*, emanado pela FIFA, “se um profissional for transferido antes do termo do seu contrato, qualquer clube que haja contribuído para a sua educação e formação deve receber uma proporção da compensação paga ao clube anterior (contribuição de solidariedade)¹⁵.

Nesse sentido, estabelece o Regulamento do Estatuto, da Categoria, da Inscrição e Transferência de Jogadores da FPF, “contribuição de solidariedade é o valor monetário correspondente a 5% do valor da transferência que é devido pelo clube que, na pendência de um contrato, adquire o direito de inscrever um jogador profissional antes do termo do seu contrato a um clube que tenha contribuído para a formação do atleta, no período compreendido entre o 12.º e o 23.º aniversário”¹⁶.

a) Exercício pela FPF

Outra das tarefas que me foi atribuída foi a de fundamentar a intenção da FPF se valer do mecanismo da contribuição da solidariedade quando um clube que

¹⁵ Disponível em www.fifa.com

¹⁶ Disponível em www.fpf.pt

tenha direito a este haja falido ou cessado a sua atividade, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 2.º do Anexo 5 do *Regulations on the Status and Transfer of Players*¹⁷.

b) Exercício por outros clubes

Após a realização do trabalho acima descrito, o Dr. João Leal sugeriu-me que procedesse a uma reflexão sobre o Código de Insolvência e de Recuperação de Empresas (CIRE)¹⁸ de modo a poder responder às pretensões de um clube estrangeiro quanto a um crédito que detinha perante um clube nacional.

No entanto, o referido clube nacional, reconhecendo que estava em “situação económica difícil ou em situação de insolvência meramente iminente”, requereu ao tribunal a instauração de um processo especial de revitalização.

O processo especial de revitalização (PER), nos termos do disposto nos artigos 17.º-A a 17.º-L do CIRE, inicia-se pela manifestação de vontade do devedor e de, pelo menos, um dos seus credores, por meio de declaração escrita, de encetarem negociações conducentes à revitalização do devedor, por meio da aprovação de um plano de recuperação, sendo que, estando em posse da declaração, o devedor deve, de imediato:

1. Comunicar que pretende dar início às negociações conducentes à sua recuperação ao juiz do tribunal competente para declarar a sua insolvência, devendo esse nomear, de imediato, por despacho, administrador judicial provisório;

2. Remeter ao tribunal cópias dos documentos previstos no artigo 24.º n.º 1, as quais ficam patentes na secretaria para consulta dos credores durante o processo.

Logo que seja notificado do despacho a que se refere o n.º 1, o devedor deve comunicar, de imediato e por meio de carta registada, a todos os credores que não hajam subscrito a declaração que deu início às negociações com vista à sua revitalização, convidando-os a participar, caso assim o entendam, nessas negociações, em curso, e informando que a documentação correspondente se encontra patente na secretaria do tribunal, para consulta.

¹⁷ V. Anexo 5, Artigo 2.º, n.º 3 do *Regulations on the Status and Transfer of Players*, “an association is entitled to receive the proportion of solidarity contribution which in principle would be due to one of its affiliated clubs, if it can provide evidence that the club in question – which was involved in the professional’s training and education – has in the meantime ceased to participate in organized football and/or no longer exists due to, in particular, bankruptcy, liquidation, dissolution or loss of affiliation(...)”.

¹⁸ Decreto-Lei 53/2004, de 18 de março.

Assim, um credor tem de se candidatar ao “concurso de credores”, de modo a poder ver o seu crédito satisfeito aquando do PER ou, se tal não resultar, da insolvência.

9. Análise da Lei n.º 28/98, de 26 de junho, alterada pela Lei n.º 114/99, de 3 de agosto

Após esta tarefa, e no âmbito da preparação dos trabalhos da Comissão de Análise do Regime Jurídico do contrato de trabalho do praticante desportivo (criada por Despacho do Secretário de Estado do Desporto e Juventude, n.º 3932/2015¹⁹) foi-me solicitado um estudo sobre a atual Lei 28/98, de 26 de junho, alterada pela Lei n.º 114/99, de 3 de Agosto, de modo a que pudesse emitir considerações quanto à sua futura alteração, pelo que redigi um parecer-tipo com 18 propostas, das quais destaco:

- a) O alerta para o alargamento da escolaridade obrigatória, até aos 18 anos de idade, e as devidas consequências para toda a organização da lei, mormente no que concerne aos contratos de formação desportiva;
- b) A alteração do prazo máximo de duração do contrato de trabalho desportivo, se o menor tiver idade compreendida entre os 16 e os 18 anos, para 3 anos (cfr. também o RECITJ de 2012²⁰);
- c) A previsibilidade, que não constava da Lei, dos contratos de subcedência, prática recorrente na realidade desportiva;
- d) A equiparação das figuras de “empresário desportivo” e “intermediário” para efeitos legais;
- e) A especificação das situações de resolução sem justa causa;
- f) A alteração de algumas remissões para diplomas que atualmente se encontram revogados ou extintos.

10. Reuniões e Grupos de trabalho

No que concerne à participação em reuniões e grupos de trabalho, são de salientar:

- i. Os trabalhos preparatórios para a criação do Regulamento de Intermediários da Federação Portuguesa de Futebol;

¹⁹ Publicado em *Diário da República*, n.º 77/2015, SÉRIE II, de 21 de abril de 2015

²⁰ v. Regulamento do Estatuto, da Categoria, da Inscrição e Transferência de Jogadores: Comunicado Oficial n.º 487 de 29 de junho de 2012.

ii. Aperfeiçoamento do Regulamento de Intermediários da Federação Portuguesa de Futebol;

iii. Participação na reunião da Comissão de Intermediários criada pela Federação Portuguesa de Futebol, no âmbito do Regulamento de Intermediários.

iv. Diversas reuniões com o Dr. João Leal de modo a contribuir para a elaboração do Regulamento de Intermediários da Federação Portuguesa de Futebol, bem como da preparação das propostas a apresentar no grupo de trabalho de revisão da Lei 28/98, de 26 de junho;

Em suma, considero a minha experiência na Federação Portuguesa de Futebol bastante enriquecedora, na medida em que me permitiu contactar com diversas matérias e realidades que, apesar de sempre me terem despertado o maior interesse, se revelaram bastante diferentes quando confrontado com a prática.

Tal como afirma Fernando Pessoa, “Toda a teoria deve ser feita para poder ser posta em prática e toda a prática deve obedecer a uma teoria”²¹.

É de realçar o entusiasmo e interesse que me despertou o estudo da atividade e figura do agente de jogadores/empresário desportivo/intermediário, o que levou a que desenvolvesse todo um trabalho tendo em vista o aprofundamento destas matérias, nomeadamente a tentativa de definição de um procedimento interno federativo a adotar no que concerne à inscrição e tratamento da informação relativa aos intermediários.

²¹ PESSOA, Fernando, “Palavras Iniciais”, *Revista de Comércio e Contabilidade*, nº 4, Lisboa, 1926 in <http://arquivopessoa.net/textos/2412>.

II. O Intermediário

1. A figura do agente de jogadores

1.1. Contextualização e evolução

Ao longo do tempo, a figura do agente de jogadores foi ganhando notoriedade no mundo do Futebol, mormente com a percepção de que era necessário alguém que facilitasse as negociações contratuais entre jogadores e clubes, alargando horizontes a ambas as partes.

Historicamente, a figura do agente nasceu nos Estados Unidos da América²².

Numa primeira fase, e ao contrário do que sucede atualmente, o agente representava apenas uma parte na relação contratual – o atleta – sendo assim mais correta a designação de “*athlete agent*”.

As Ligas Profissionais Americanas descreditaram neste método pelo facto de o “*athlete agent*” conferir mais força ao papel do jogador e reduzir a pressão negocial dos clubes que quisessem contratar.

Tal papel tornava-se fulcral na medida em que existiam mecanismos limitadores da liberdade de trabalho – o “*player draft system*”²³ e a cláusula de reserva - a qual implicava que quando terminasse o contrato com o clube, o jogador ou renovava com este ou não poderia continuar praticar a modalidade a nível profissional.

Numa segunda fase, marcada pela declaração de ilegitimidade da cláusula de reserva²⁴, considerou-se que os atletas, após o término do contrato, eram “*free*

²² Nos EUA, os primeiros registos da existência de um empresário desportivo, pelo menos numa grande escala, aconteceram por volta de 1920, pelo empresário Charles C. Pyle, conhecido como Charles C. “Cash and Carry” Pyle. Seguindo o exemplo de Pyle, o número de empresários desportivos nos EUA aumentou exponencialmente, principalmente a partir dos anos 60, com pessoas provenientes das mais diversas áreas, que se apercebiavam do potencial que a indústria desportiva tinha para oferecer. Cfr. STOPSHIRE, Kenneth L. e DAVIS, Timothy, *The Business of Sports Agents*, Second Edition, Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2008, p.11.

²³ Nos E.U.A. existe, para maior equilíbrio entre equipas, o *player draft system*; trata-se de um processo de selecção de novos jogadores para as principais ligas – MLB (*Major League Baseball*), NBA (*National Basketball Association*), NFL (*National Football League*) e NHL (*National Hockey League*) –, estando os clubes, na hierarquia de posição na escolha de jogadores, posicionados inversamente à ordem de classificação obtida na época anterior. Pelo que, o clube classificado em último lugar, na respectiva liga, tem o direito, no *draft*, à primeira escolha do jogador que pretende para a sua equipa. Para melhor compreensão deste sistema, v. AMADO, João Leal, *Vinculação versus Liberdade [O Processo de Constituição e Extinção da Relação Laboral do Praticante Desportivo]*, Coimbra: Coimbra Editora, 2002, pp. 90-93.

²⁴ Ao contrário das outras quatro grandes Ligas Profissionais Americanas, a *Major League Soccer* ainda prevê a cláusula de reserva, de modo a prevenir os clubes de competirem entre si pela

agents” podendo negociar livremente com outros clubes. Para além disso, foram criadas novas Ligas Profissionais, que conferiram uma maior importância aos praticantes, por oposição aos clubes.

O aumento exponencial da prática das modalidades e da sua cobertura mediática permitiu que estas novas Ligas aumentassem os seus rendimentos através da venda dos direitos televisivos, bem como que os praticantes pudessem celebrar contratos de patrocínio.

Destarte, o aumento da mediatização e da importância da imagem, tanto das Ligas, como dos clubes e atletas, fizeram aumentar o grau de exigência nas negociações contratuais, de mais e melhores agentes, aumentando a competição entre estes, o que conduziu à necessidade de regulação da atividade, tanto federal, como estadual.

No caso europeu, a figura do agente desportivo desenvolveu-se de um modo diferente, assumindo a denominação “*sport agent*”, sendo que este poderia agir por conta de qualquer das partes envolvidas: jogadores e clubes.

Assim, podemos distinguir três períodos:

1) O da onipotência dos dirigentes sobre os praticantes, marcado pela presença de agentes de clubes que, por sua vez, se pode dividir em duas fases:

Na primeira fase – a do futebol amador – os agentes agiam de modo ilegal apenas para captar jogadores de outras equipas a nível nacional;

Na segunda fase – a do futebol profissional – que coincidiu com o início de transferências internacionais e com a presença de agentes ao serviço de clubes, apenas com o intuito de obtenção de lucros na “revenda”, sem se preocuparem com a situação dos jogadores, nem respeitarem os interesses destes.

2) O da necessidade crescente dos futebolistas de recorrerem aos agentes, de modo a melhorar a gestão das suas carreiras desportivas;

Um dos pontos fulcrais para a crescente importância do papel dos agentes na União Europeia foi o Acórdão Bosman que atribuiu aos jogadores o poder de, quando os seus contratos de trabalho cessassem, adquirirem a liberdade de celebrar outros contratos num país diverso do da sua nacionalidade, sendo-lhes reconhecida a liberdade de circulação no espaço da União Europeia.

contratação de jogadores, de modo a proteger futuras ações de má-fé pré-contratual, bem como, atribuindo os direitos de imagem do jogador à equipa, muito para além do término da atividade deste.

3) O da proliferação da profissão, mormente no que concerne à atuação em nome dos clubes.

Assim, tornou-se frequente o recurso, por jogadores e clubes, a intermediários, entrando-se no período da profissionalização dos agentes, à qual se associou o reconhecimento pela FIFA desta atividade, nomeadamente através da sua regulamentação.

2. A FIFA e a figura do “Players’ Agent”

2.1. O Regulamento FIFA dos Agentes de Jogadores de 20 de maio de 1994 - Players’ Agents Regulations (1996)

A FIFA, ao aperceber-se da crescente importância da figura do agente desportivo – parte integrante (e essencial) das negociações no mundo do futebol – bem como da importância económica do seu papel, sentiu a necessidade de regular a atividade.

Assim, a 20 de maio de 1994, foi publicado o primeiro “*Players’ Agents Regulations*”.

No entanto, este texto não passou de um mero marco “embrionário” uma vez que poucos foram os países que, na União Europeia, adotaram este Regulamento. De referir, ainda, que algumas das normas ali plasmadas violavam disposições de direito comunitário, dificultando a sua execução, tal como desenvolveremos em **2.2.**

Nesse sentido, foram poucos os países que, na União Europeia, adotaram este regulamento.

Apesar disso, e dado o seu pioneirismo, importa elencar algumas das restrições ao acesso à atividade nele referidas.

O número 1 do Preâmbulo do Regulamento definia a atividade dos agentes de jogadores que atuavam no âmbito das transferências de jogadores de uma Federação Nacional para outra.

O número 3 do Preâmbulo dispunha que cada Federação Nacional, caso achasse necessário, deveria elaborar regulamentação própria relativa à atividade dos agentes de jogadores que não atuassem de acordo com o quadro de transferências a que pertenciam. Tal regulamentação deveria ser aprovada pela FIFA.

Assim, quem quisesse ser agente de jogadores FIFA licenciado, deveria endereçar um pedido por escrito à Federação Nacional do país de onde era oriundo ou onde tinha o seu domicílio legal. Neste último caso, o pedido não poderia ser efetuado se a pessoa requerente não tivesse residido no mínimo 5 anos no país em questão.

Os candidatos deveriam anexar ao pedido o registo criminal ou similar, que provasse que a pessoa requerente tinha boa reputação e que nunca tinha sido objeto de condenação penal registada²⁵.

Só poderiam obter uma licença as pessoas físicas e nunca empresas ou associações.

Excetuavam-se da obrigação de obtenção de licença os parentes próximos dos jogadores ou o agente de clube ou jogador inscrito na Ordem dos Advogados do país da residência. No entanto, em Portugal, no que concerne à advocacia, esta norma não teve percurssão pois constituía impedimento ao exercício desta atividade ser mediador e leiloeiro, cfr. Estatuto da Ordem dos Advogados, à data em vigor.

Era obrigatória a realização de uma entrevista pessoal conduzida pelas Federações Nacionais (no caso português, a FPF) e em que eram testados os conhecimentos sobre:

- 1) Matéria de regulamentos específicos de futebol (Estatutos e Regulamentos da FIFA, das confederações e da Federação Nacional do território onde este tinha o seu domicílio legal);
- 2) Matéria de direito civil (princípios de base do direito da personalidade);
- 3) Matéria de direito das obrigações (direito dos contratos);
- 4) Aptidão para aconselhar um jogador ou um clube que solicite os seus serviços.

Se o candidato fosse aprovado pela FPF, eram remetidos os documentos para a FIFA de modo a que esta concedesse a licença. No caso de não se verificar nenhuma oposição à concessão da mesma, a FIFA exigia ao requerente que este apresentasse uma garantia bancária, no valor de 200.000 francos suíços (cerca de €192.499,21)²⁶. Esta garantia deveria ser emitida por um banco Suíço e era irrevogável.

²⁵ António Sequeira, à altura Secretário-Geral da FPF, explicou que “*Era natural que os ‘Dossiers’ com as respetivas candidaturas não fossem todas para a FIFA, uma vez que alguns documentos que pediram aos vários candidatos ainda não tinham chegado*”. Tais documentos constavam os registos criminais e informações bancárias de alguns empresários. *Gazeta dos Desportos*, 28 de dezembro de 1994, p. 16.

²⁶ “*Um dos aspetos que mereceu mais críticas por parte dos candidatos a empresários, foi a caução inicialmente exigida pela FIFA: cerca de 24 mil contos que deveriam ser depositados numa conta da Suíça e que valeriam como garantia da atuação desses mesmos empresários. Uma verba que, em caso de incumprimento de alguma das obrigações estipuladas, responderia como “montante indemnizatório em relação à parte lesada” Esta era uma das exigências mais contestadas e que a FIFA acabou por alterar, exigindo agora não um depósito de 25 mil contos, mas apenas uma garantia bancária nesse montante. (...) A caução bancária, imposta num primeiro momento pela FIFA, que*

Com a confirmação da aprovação na entrevista organizada pela FPF, a entrega de todos os documentos e informações e a emissão da garantia bancária, a FIFA emitia a licença para que os candidatos ficassem habilitados a atuar como agentes FIFA.

Após a atribuição da mesma, o agente que decidisse representar um jogador ou clube, tinha que celebrar com a parte representada um contrato escrito, por prazo não superior a dois anos, sendo que poderia estar incluída, mediante acordo entre as partes, uma cláusula de renovação automática²⁷.

Constituíam obrigações dos agentes de jogadores licenciados, nos termos do disposto no artigo 14.º do Regulamento:

- a. Respeitar, em todas as ocasiões, os Estatutos e Regulamentos das Federações Nacionais, das Confederações e da FIFA;
- b. Assegurar-se da conformidade da transação em que participa com os Estatutos e Regulamentos;
- c. Não contactar um jogador com um contrato em curso, com o objetivo de o persuadir a interromper o seu contrato ou a não cumprir as obrigações e deveres que o contrato expressa;
- d. No âmbito de uma transferência, representar os interesses de apenas uma das partes.

2.2. O Regulamento FIFA dos Agentes de Jogadores de 10 de dezembro de 2000 - Players' Agents Regulations (2001)

Verificou-se por parte das Federações uma grande descrença no que respeita à matéria dos agentes de jogadores, sendo que, apesar de todas demonstrarem preocupação com a matéria em causa, somente 3 Federações “legislaram” sobre esta – Roménia, Inglaterra e Itália.

A 23 de março de 1998, Laurent Piau apresentou uma denúncia à Comissão Europeia relativa ao Regulamento de 1994. Em primeiro lugar, afirmava que o Regulamento violava os “artigos 49.º e seguintes do Tratado CE, relativos à livre concorrência em matéria de prestações de serviços”, devido, por um lado, às restrições colocadas ao acesso à profissão em razão de modalidades de exame opacas

acabou por dar lugar a uma “garantia” num montante aproximado de 24 mil contos, transforma-se num obstáculo intransponível para a quase totalidade dos “pequenos” empresários que operam em Portugal”. Gazeta dos Desportos de 29.12.1994, p. 17

²⁷ Cláusula que futuramente viria a ser abolida.

e da exigência de prestação de caução e, por outro, à fiscalização e às sanções previstas. Em segundo lugar, considerava que o Regulamento podia conduzir a uma discriminação entre os cidadãos dos Estados-Membros. Em terceiro lugar, censurava o Regulamento por não prever recursos das decisões e das sanções aplicáveis.

No seguimento da referida denúncia, a Comissão desencadeou um processo no quadro do Regulamento n.º 17 do Conselho, de 6 de fevereiro de 1962, “Primeiro Regulamento de execução dos artigos 81.º e 82.º do Tratado”²⁸, e notificou a FIFA, a 19 de outubro de 1999, de uma comunicação de acusações, a qual indicava que o Regulamento constituía uma decisão de associação de empresas na aceção do artigo 81.º do Tratado CE e colocava em dúvida a compatibilidade das disposições do Regulamento CE com as restrições previstas no Regulamento FIFA de 1994 no que se refere ao carácter obrigatório da licença, exclusão da sua atribuição a pessoas coletivas, proibição aplicável aos clubes e aos jogadores de recorrerem a agentes não licenciados, exigência de uma caução bancária e sanções.

Assim, na sequência do procedimento administrativo desencadeado pela Comissão e do fracasso da implementação do Regulamento de 1994, a FIFA criou um novo Regulamento de modo a que a atividade do agente de jogadores fosse estandardizada e que as Federações protegessem melhor os interesses dos jogadores e dos clubes.

Após a aquiescência pelo Comité Executivo da FIFA, na reunião de 10 de dezembro de 2000, foi aprovado o Regulamento dos Agentes Desportivos FIFA, tendo este texto entrado em vigor no dia 1 de março de 2001, sendo traduzido para português através do Comunicado Oficial da Federação Portuguesa de Futebol n.º 349, de 24 de abril de 2001.

De referir que este Regulamento, ao contrário do que previa a legislação portuguesa²⁹ em vigor, estabelecia que apenas poderiam ser agentes FIFA as pessoas naturais.

Assim, o Regulamento previa no §1 do artigo 1.º que o agente desportivo era a pessoa natural que, mediante retribuição e de modo regular, apresenta um jogador a um clube, com vista a celebrar um contrato de trabalho, ou apresenta dois clubes, com vista a celebrar um contrato de transferência, sendo que o §2 dispunha que os jogadores e os clubes estavam proibidos de utilizar os serviços de agentes não

²⁸ JO 1962,13, p. 204; EE 08 FI p. 22

²⁹ Artigo 22.º da Lei n.º 28/98, de 26 de junho, v. 3..

licenciados. No entanto, tal restrição não se impunha nos casos em que o agente fosse pai, irmão ou cônjuge do jogador ou se o agente fosse advogado, nos termos e para os efeitos das regras legais vigentes no país do seu domicílio (§3 do referido artigo).

Quem pretendesse ser agente de jogadores deveria enviar uma carta para a respetiva Federação do país onde era nacional ou onde tinha a sua residência permanente a expressar a sua vontade de o ser. O candidato deveria ter reputação impecável, sendo esta era verificada pela Federação.

Cabia na mesma à Federação nacional a elaboração de um exame escrito, duas vezes por ano, em que o mesmo versava sobre os seguintes temas:

a. As regras do futebol, especialmente, as relacionadas com as transferências (os Estatutos e os Regulamentos da FIFA e da Federação nacional em cujo país o candidato é examinado).

b. Direito civil (princípios básicos de direitos de personalidade e direito das obrigações).

Um das diferenças para o anterior Regulamento residia no facto de os agentes FIFA licenciados pelas Federações, poderem contratualizar um seguro com uma companhia que estivesse sediada em território nacional, em alternativa ao depósito de uma garantia bancária de 100.000 Francos Suíços, num banco suíço³⁰.

Importa ressaltar que, caso ocorressem litígios entre um agente de jogadores e/ou um jogador/clube/outro agente de jogadores, todos registados na mesma Federação nacional (litígios domésticos), essa Federação era a responsável pela resolução dos mesmos, estando obrigada a resolver o caso, emitindo uma decisão e cobrando para tal uma taxa apropriada (artigo 22.º, n.º 1), sendo que qualquer litígio que não estivesse abrangido por esta regra deveria ser submetido ao Comité do Estatuto FIFA dos Jogadores (artigo 22.º, n.º 2).

2.3. O Regulamento FIFA dos Agentes de Jogadores de 29 de outubro de 2007 - Players' Agents Regulations (2008)

³⁰ “If the players’ agent cannot conclude a professional liability insurance policy in compliance with art. 6 above in the country in which he passed the examination, he may deposit a bank guarantee to the amount of CHF 100,000.--. The guarantee shall be issued by a Swiss bank and shall be irrevocable” (article 7 §1).

Volidos sete anos da entrada em vigor do Regulamento FIFA dos Agentes de Jogadores de 2001, a FIFA emanou o Regulamento FIFA dos Agentes de Jogadores de 29 de outubro de 2007³¹.

Este Regulamento, que vigorou até ao “*Regulations on Working with the Intermediaries*”, trouxe algumas novidades em relação ao Regulamento dos Agentes FIFA de 2001.

Tal Regulamento surgiu da necessidade da FIFA de reforçar o controlo sobre a atividade dos agentes dos jogadores através de disposições vinculativas, tanto nacional como internacionalmente e da previsão de sanções mais severas em caso de incumprimento.

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 3.º, um agente poderia constituir uma empresa para a prática da sua atividade, desde que os seus trabalhadores estivessem limitados à prática de atos administrativos relacionados com a atividade de agente.

Já o artigo 4.º previa algumas exceções à obrigação de licenciamento do agente, de modo a que este pudesse representar qualquer jogador. Assim, os pais, os irmãos, os cônjuges dos jogadores, bem como os advogados inscritos nas Ordens dos respetivos países, estavam isentos desta obrigação, sendo que a atividade destes não estava sujeita à jurisdição da FIFA, mas sim às leis em vigor no território nacional do domicílio³².

Nos termos do disposto no artigo 6.º, e na senda do que ocorria no Regulamento FIFA 2001, o candidato tinha de se submeter a um exame escrito, a decorrer nos meses de março e setembro, devendo ainda ter reputação impecável³³.

No que concerne às matérias sobre as quais é exigido conhecimento, estas são as mesmas do Regulamento FIFA 2001, tal como acontece quanto à questão do seguro.

³¹ <http://ec.europa.eu/sport/library/documents/04-villiger.pdf>

³² No caso português, e cfr. PARECER N.º 53/PP/2012-P, o Conselho Distrital do Porto da Ordem dos Advogados considerou que, no caso do advogado, a atividade de agente de jogador de futebol “poderá afetar o seu dever de segredo profissional e ser potenciadora de conflitos de interesses. Mais: proporciona evidentes situações de angariação de clientela, pelo próprio advogado. Poderá, até, permitir a celebração de contratos, em proveito próprio, sobre matéria confiada ao advogado (alínea d) do n.º 1 do art.º 95 do Estatuto da Ordem dos Advogados)”, pelo que tal exceção não teve aplicabilidade prática.

³³ Teria reputação impecável aquele que nunca tivesse sido condenado criminalmente por nenhum crime violento ou económico.

Por outro lado, cada Federação passou a estar obrigada a manter uma lista atualizada de todos os agentes com licença atribuída, publicando-a de modo apropriado (internet, circular,...), sendo que deveria ser remetida para a FIFA uma cópia deste registo, após cada exame, devendo qualquer desistência ou retorno da licença ser imediatamente comunicada à FIFA. Mais ainda, a Federação deve informar a FIFA de quaisquer procedimentos disciplinares que forem iniciados, bem como dos seus resultados.

Uma das novidades foi o facto de cada Federação ter até 30 de junho de cada ano para submeter à FIFA um relatório sobre a atividade dos agentes de jogadores em território nacional, relativo ao ano anterior.

No que concerne à resolução de litígios domésticos relacionados com a atividade dos agentes de jogadores, as Federações nacionais devem, como último recurso submeter o litígio a um tribunal arbitral, devidamente constituído e imparcial, de acordo com os Estatutos FIFA e as leis aplicáveis no território da Federação.

3. O caso português – As figuras do empresário desportivo e do agente de jogador

3.1. A Lei de Bases do Sistema Desportivo (Lei n.º 1/90 de 13 de janeiro)

No caso português, o futebol foi alcançando uma maior importância a partir do século XIX, sendo tal a sua importância atual, que é comumente designado “Desporto Rei”.

Um dos primeiros modos de regulação da atividade desportiva em Portugal foi a Lei de Bases n.º 1/90 de 13 de Janeiro (Lei de Bases do Sistema Desportivo).

Esta Lei reforçada consagrava o quadro geral do sistema desportivo e tinha por objetivo promover e orientar a generalização da atividade desportiva, como fator cultural indispensável na formação plena da pessoa humana e no desenvolvimento da sociedade (cfr. artigo 1.º).

Artigo 1.º (Objeto)

A presente lei estabelece o quadro geral do sistema desportivo e tem por objetivo promover e orientar a generalização da atividade desportiva, como fator cultural indispensável na formação plena da pessoa humana e no desenvolvimento da sociedade.

No entanto, este diploma regulou a atividade do desporto, não fazendo qualquer referência à atividade do agente de jogadores em Portugal.

3.2. O regime jurídico do contrato de trabalho do praticante desportivo e do contrato de formação desportiva (Lei n.º 28/98, de 26 de junho)

No ano de 1998, após a denúncia apresentada à Comissão Europeia por Laurent Piau³⁴, em 23 de março, e da consciencialização da fragilidade da aplicação do Regulamento FIFA de 1994, a política nacional apercebeu-se de que seria necessário legislar a atividade do agente desportivo. Situação que viria a ser superada com a entrada em vigor da Lei 28/98, de 26 de junho, que veio consagrar o regime jurídico do contrato de trabalho do praticante desportivo e do contrato de formação desportiva.

³⁴ Disponível em curia.europa.eu.

Tal lei vigora até aos dias de hoje. No entanto, já não consegue acompanhar o desenvolvimento que o “mundo do futebol” teve nos últimos anos, pelo que se encontra em processo de revisão.

Porém, torna-se necessário proceder à análise de alguns dos seus artigos, a saber:

Na alínea d) do artigo 2.º, foi consagrada a primeira figura mais próxima daquilo que era, para a FIFA, o agente de jogadores – o *empresário desportivo*.

Assim, o empresário desportivo consiste na pessoa singular ou coletiva que, estando devidamente credenciada, exerça a atividade de representação ou intermediação, ocasional ou permanente, mediante remuneração, na celebração de contratos desportivos.

Pelo que, ao contrário do que previa o Regulamento FIFA de 1994, em Portugal, nas transferências nacionais, podem exercer a atividade de empresário desportivo tanto pessoas singulares como pessoas coletivas. No entanto, tal exercício depende da autorização das entidades nacionais e internacionais responsáveis³⁵.

Artigo 2.º (Definições)

Para efeitos do presente diploma entende-se por:

d) Empresário desportivo a pessoa singular ou coletiva que, estando devidamente credenciada, exerça a atividade de representação ou intermediação, ocasional ou permanente, mediante remuneração, na celebração de contratos desportivos;

Por seu turno, os artigos 22.º e ss. consagram as linhas gerais da atividade do *empresário desportivo* em Portugal, prevendo dois requisitos para praticar a atividade:

- 1) As pessoas que queiram desempenhar a atividade devem estar devidamente credenciadas e,
- 2) As pessoas que a exerçam só poderão agir em nome e por conta de uma das partes da relação contratual.

Artigo 22.º

Exercício da atividade de empresário desportivo

³⁵ Cfr. Artigo 22.º n.º 1 da Lei n.º 28/98, de 26 de junho.

1 - Só podem exercer atividade de empresário desportivo as pessoas singulares ou coletivas devidamente autorizadas pelas entidades desportivas, nacionais ou internacionais, competentes.

2 - A pessoa que exerça a atividade de empresário desportivo só pode agir em nome e por conta de uma das partes da relação contratual.

A expressão “devidamente autorizadas” significa que, no caso do futebol nacional, estas devem requerer a sua credenciação junto da Federação Portuguesa de Futebol e pela FIFA.

Quanto ao segundo requisito, este significa que o empresário, nas negociações, não poderá ser representante do jogador e do clube que o queira contratar, uma vez que tal poderá implicar um conflito de interesses, que poderá prejudicar as partes na celebração do contrato.

O artigo 23.º prevê que este registo seja feito junto da federação da respetiva modalidade, o que, no caso do futebol, significa que deve ser realizado na Federação Portuguesa de Futebol.

O n.º 2 do artigo 23.º cria um segundo registo, caso a respetiva modalidade compreenda competições de carácter profissional. Assim, este registo deve ainda ser feito na respetiva Liga, isto é, no caso em apreço, na Liga Portuguesa de Futebol Profissional.

Já o n.º 3 do artigo 23.º obriga a que este registo seja constituído por um modelo de identificação do empresário e que as características serão definidas pela Federação Portuguesa de Futebol.

Quanto ao n.º 4 do artigo 23.º, importa salientar que se entende por mandato o “contrato pela qual uma das partes se obriga a praticar um ou mais atos jurídicos por conta de outrem”³⁶.

Artigo 23.º (Registo dos empresários desportivos)

4 — Os contratos de mandato celebrados com empresários desportivos que se não encontrem inscritos no registo referido no presente artigo, bem como as cláusulas contratuais que prevejam a respetiva remuneração pela prestação desses serviços, são considerados inexistentes.

³⁶ Cfr. Artigo 1157.º do Código Civil.

No entanto, é comum o entendimento de que o empresário desportivo não pode agir como mediador e representante das partes em simultâneo, uma vez que há uma incompatibilidade entre as atividades, na medida em que a constituição de mandato pressupõe que haja uma ideia de vinculação entre as partes.

3.3. A Lei de Bases do Desporto (Lei n.º 30/2004, de 21 de julho)

A Assembleia da República, tendo em atenção que a Lei de Bases de 1990 estava ultrapassada face à veloz evolução e às novas exigências do mundo do desporto, decidiu criar uma nova Lei de Bases, capaz de dar resposta às necessidades que se faziam sentir.

Assim, a 21 de Julho de 2004 foi publicada a Lei de Bases do Desporto que tinha como principal intuito a definição das bases gerais do sistema desportivo e a estruturação das condições e oportunidades para o exercício da atividade desportiva como fator cultural indispensável na formação plena da pessoa humana e no desenvolvimento da sociedade (cfr. artigo 1.º)

Artigo 1.º

Âmbito e definição

1 - A presente lei define as bases gerais do sistema desportivo e estrutura as condições e oportunidades para o exercício da atividade desportiva como fator cultural indispensável na formação plena da pessoa humana e no desenvolvimento da sociedade.

Pela primeira vez, foi incluída numa Lei de Bases a figura do empresário desportivo que, de acordo com o artigo 37.º, se define como “a pessoa singular ou coletiva que, estando devidamente credenciada, exerça a atividade de representação ou intermediação, ocasional ou permanentemente, mediante remuneração, na celebração de contratos desportivos”.

Além disso, o n.º 3 previa a incompatibilidade de o empresário desportivo desempenhar, direta ou indiretamente, graciosamente ou através de remuneração, as funções dos recursos humanos – isto é, as pessoas que intervêm diretamente na realização de atividades desportivas e que tivessem um domínio teórico-prático da respetiva área de intervenção, como seja, os praticantes desportivos, os treinadores e

os elementos que desempenhassem na competição funções de decisão, consulta ou fiscalização.³⁷

Mais ainda, previa que o empresário não poderia agir em nome e por conta de um praticante desportivo menor de idade, prevendo que tal figura viria a ter um Regime próprio, o que, no entanto, nunca veio a acontecer.

3.4. A Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto (Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro)

A Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto que atualmente se encontra em vigor em Portugal, permite-nos compreender as bases da figura do “empresário desportivo”.

Esta Lei reforçada trouxe novidades quanto à aplicação dos princípios da universalidade e da igualdade (princípios constitucionais), bem como do princípio da ética desportiva.

Nos termos e para os efeitos desta Lei de Bases, de acordo com o artigo 37.º entende-se por empresário desportivo a “pessoa singular ou coletiva que, estando devidamente credenciada, exerça a atividade de representação ou intermediação, ocasional ou permanente, mediante remuneração, na celebração de contratos de formação desportiva, de trabalho ou relativos a direitos de imagem.

Ao contrário do que se previa na anterior Lei de Bases de Desporto bem como na Lei 28/98, de 26 de junho, são taxativamente elencados o tipo de contratos desportivos que os empresários desportivos poderão celebrar: contratos de formação desportiva, contratos de trabalho e contratos relativos a direitos de imagem.

Com efeito, de acordo com o artigo 31.º, n.º 1, alínea b), da Lei n.º 28/98, de 26 de junho, para celebrar um contrato de formação desportiva o praticante desportivo tem que ter idade compreendida entre os 14 e os 18 anos. Sendo defensável admitir que ainda com 18 anos é possível a celebração de tal contrato – com argumento retirado do artigo 32.º, n.º 2, *in fine*, da referida lei -, certo é que quanto à celebração de contratos de formação desportiva a atividade do empresário desportivo se vê francamente diminuída.

³⁷ Para José Manuel Meirim, o legislador incorreu num erro ao pretender estabelecer um núcleo essencial de incompatibilidades, pela rele remissão que operava para o seu artigo 33.º, pelo menos em termos de técnica legislativa. Relembra que um dos agentes desportivos previstos no citado artigo 33.º era exatamente o empresário desportivo (MEIRIM, José Manuel, *Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto*, Coimbra: Coimbra Editora, 2008, p. 257).

Uma das novidades desta Lei de Bases foi a criação da previsibilidade da obrigação de estarem submetidos a sigilo profissional os factos relativos à vida pessoal ou profissional dos agentes desportivos de que o empresário tome conhecimento em virtude das suas funções.

Para o “terceiro homem”, na feliz expressão de João Leal Amado³⁸, a norma agora em apreciação oferece uma definição (artigo 32.º n.º 1), prevê uma proibição especial quanto à atividade de um empresário desportivo (n.º 2), enfatiza a importância do segredo profissional (n.º 3) e determina a existência de uma regulamentação específica (n.º 4)³⁹.

³⁸ LEAL AMADO, João, *Vinculação Versus Liberdade – O Processo de Constituição e Extinção da Relação Laboral do Praticante Desportivo*, Coimbra: Coimbra Editora, 2002, p. 487 e ss.

³⁹ MEIRIM, José Manuel, *Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto*, Coimbra: Coimbra Editora, 2008, p. 257.

4. A figura do intermediário

4.1. O Regulamento FIFA dos Intermediários de 11 de junho de 2014 – “Regulations on Working with Intermediaries” (2015)

A FIFA, após a experiência dos regulamentos anteriores, entendeu que a melhor forma de agilizar o mercado e facilitar o acesso à profissão de agente de jogadores seria através da transferência das responsabilidades de regulação e inscrição para as Federações Nacionais, de modo a que estas defendessem, efetivamente, os seus interesses e os do futebol.

Assim, com vista a prosseguir os seus objetivos, no que concerne à melhoria do futebol e da salvaguarda da sua integridade internacional, e considerando essencial proteger jogadores e clubes de se envolverem em práticas ilegais ou pouco éticas aquando da celebração de contratos de trabalho desportivo ou de transferência, bem como o exercício de um controlo efetivo e transparente destes negócios, a FIFA emanou, na reunião do seu Comité Executivo, que ocorreu a 20 e 21 de março de 2014, o “*Regulations on Working with Intermediaries*”, que foi aprovado no 64.º Congresso da FIFA, no dia 11 de junho de 2014.

Aquando da entrada em vigor do Regulamento, a FIFA justificou a necessidade da criação deste pelos seguintes motivos:

- a) Apenas uma pequena percentagem (25% a 30%) das transferências de jogadores era expressamente conduzida por Agentes⁴⁰;
- b) Verificavam-se dificuldades na implementação do sistema vigente entre a FIFA e as Federações Nacionais;
- c) Verificavam-se conflitos entre a legislação da FIFA e as legislações nacionais;
- d) Verificava-se a intervenção de Agentes de Jogadores não licenciados; e,
- e) Verificavam-se dificuldades nas negociações dos contratos.⁴¹

Desse modo, e tal como referido anteriormente, a FIFA entendeu conferir liberdade às Federações para regulamentarem de acordo com a sua vontade, respeitando os requisitos mínimos (nos termos do preâmbulo do “*Regulations on*

⁴⁰ http://www.e-comlaw.com/world-sports-law-report/article_template.asp?from=wslr&ID=1156&Search=Yes&txtsearch=player%20agents

⁴¹ http://www.football-law.com/wp-content/uploads/sr_marco_leal.pdf

Working with Intermediaries” – que se materializa no §3 do artigo 1.º), o que levou a uma alteração dos Estatutos da FIFA e dos seus procedimentos de aplicação.

Nesse sentido, o Regulamento define como Intermediário “a pessoa natural ou coletiva que, mediante retribuição ou gratuitamente, represente jogadores e/ou clubes nas negociações com vista a celebrar um contrato de trabalho ou que represente clubes nas negociações com vista à celebração de um contrato de transferência”.

Conforme o §2, do artigo 2, os jogadores e os clubes devem atuar com o devido cuidado aquando da escolha de um intermediário. Como tal, devem verificar que o mesmo assine a respetiva Declaração de Intermediário, bem como, devem assegurar que este celebre, tanto no caso dos jogadores como dos clubes, um contrato de representação.

Nos termos e para os efeitos deste Regulamento, *maxime* do §3 do artigo 3.º, aquando da celebração de qualquer transação, o jogador ou o clube devem submeter à Federação do lugar da celebração, pelo menos, a Declaração de Intermediário.

Uma das principais exigências para as Federações Nacionais é a de aferirem se o candidato tem uma reputação impecável para o exercício da atividade (cfr. §1 do artigo 4.º), exigência essa que é comum tanto às pessoas singulares como coletivas, sendo que nestas é também requisito que o representante goze de tal reputação (cfr. §2 do artigo 4.º).

Mais ainda, a FIFA exige que as Federações verifiquem, no decurso da atividade do intermediário, aquando da assinatura de um contrato entre este e um jogador ou um clube, que este não tem qualquer relação com Ligas, Federações, Confederações ou até mesmo com a FIFA que possa conduzir a um potencial conflito de interesses. No entanto, e tendo em conta a formulação das disposições, a FIFA permite que tal verificação se considere preenchida se as Federações receberem a Declaração de Intermediário devidamente assinada (cfr. artigo 4.º, §3 e 4).

Por outro lado, a FIFA obriga a que o contrato de representação seja depositado na respetiva Federação, aquando do registo do intermediário, sendo tal requisito essencial para que o contrato adquira força vinculativa (cfr. artigo 4.º, §5).

Por seu turno, o artigo 5.º refere a importância do contrato de representação bem como os elementos essenciais (requisitos mínimos) que o mesmo deve conter.

Nesse sentido, suporta a ideia que, por motivos de transparência, tanto os clubes como os jogadores devem especificar a natureza, bem como os serviços que

irão receber dos seus Intermediários, serviços esses que podem passar por uma consultadoria, a colocação num local de trabalho ou uma outra relação legal compatível com a atividade.

Quanto aos elementos essenciais do contrato de representação, previstos no §2, estes são constituídos pelo nome dos contraentes, a natureza dos serviços a prestar, a duração da relação jurídica, a remuneração devida ao intermediário, as condições de pagamento, a data da conclusão, as verbas a receber a final e a assinatura de ambas as partes.

No que concerne à divulgação e publicação, é obrigação dos jogadores e/ou dos clubes, aquando da celebração de um contrato de trabalho ou de transferência comunicar à respetiva Federação todos os detalhes das remunerações, pagamentos de qualquer natureza que foram ou virão a ser feitos ao intermediário, bem como prestar, a todo o tempo, quaisquer informações relativas a esta matéria, que venham a ser requisitadas (artigo 6.º §1).

Quanto à publicidade das transações, a FIFA exige que as Federações tornem público, no final de março de cada ano, os nomes de todos os intermediários registados, bem como das transações em que estiveram envolvidos, bem como do montante total de todas as remunerações e pagamentos feitos a intermediários e quaisquer irregularidades que encontre nos procedimentos contratuais.

Importa ressaltar que, no que respeita aos jogadores⁴², o montante remuneratório devido a um intermediário é calculado com base no rendimento bruto correspondente ao período de duração do contrato. Por seu turno, quando um clube contrata os serviços de um intermediário deve acordar a remuneração antes da realização da transação, podendo o pagamento ser efetuado de uma só vez ou em prestações.

Nesse sentido, a FIFA previu ainda (artigo 7.º, §3) a recomendação de que a remuneração do intermediário, aquando da celebração dos contratos de trabalho ou de transferência, não deve exceder os 3%, na senda do que havia previsto na Circular 1417⁴³).

Uma das principais inovações deste Regulamento foi a implementação do artigo 7.º, §8, o qual prevê que, se o intermediário representar um menor, não poderá

⁴² V. artigo 6.º §7 do “Regulations on Working with the Intermediaries”.

⁴³ http://www.fifa.com/mm/document/affederation/administration/02/33/57/54/circularno.1417-newregulationsonworkingwithintermediaries_neutral.pdf

receber qualquer remuneração se o seu representado celebrar um contrato de trabalho, pelo que deve constar do contrato de representação a gratuidade do mesmo.

Pese embora o Regulamento preveja que não possa existir conflito de interesses, tal pode ser ultrapassado se o intermediário comunicar, por escrito, a existência real ou potencial de qualquer conflito que possa ter com uma das partes envolvidas no negócio, no que concerne à transação ou representação, e obtenha consentimento escrito expresso de todas as partes envolvidas, antes do início de quaisquer negociações relevantes.

No que concerne ao poder jurisdicional, a FIFA atribuiu às Federações nacionais, no artigo 9.º, §1, a responsabilidade para a imposição de sanções de qualquer das partes sujeitas à sua jurisdição, que violem tanto o Regulamento como os Estatutos da FIFA e demais Regulamentos, criando a obrigação de publicar e informar a FIFA da aplicação destas sanções, cabendo ao Comité Disciplinar da FIFA decidir quanto à extensão internacional da sanção, de acordo com as regras do Código Disciplinar da FIFA.

Por seu turno, o artigo 11.º, §2, institui o abandono do anterior sistema de licenciamento, retirando a validade às licenças ainda existentes.

Quanto à Declaração de Intermediário, o modelo-tipo encontra-se nos anexos do Regulamento, sendo que a Declaração de Intermediário para pessoas singulares, se encontra no anexo 1 e a Declaração de Intermediário para pessoas coletivas, no anexo 2.

Em suma, não estamos perante uma desregulamentação, como alguns argumentam sendo que, “se é correto dizer que, com o Regulamento dos Intermediários, o acesso à profissão é substancialmente liberalizado, não é menos verdade que a atenção da FIFA é transferida para o campo das transações”⁴⁴.

4.2. A regulamentação estrangeira

Após a publicação do “*Regulations on Working with Intermediaries*”, coube a cada Federação criar o seu próprio Regulamento de modo a regularizar a atividade dos agentes, nunca extravasando a vontade real da Federação Internacional.

⁴⁴ ANTIGNANI, Felice, “Gli Intermediari: ruolo e portata nella regolamentazione calcistica internazionale”, *Rivista Di Diritto Ed Economia dello Sport*, Nocera Inferiore, Salerno: Sports Law and Policy Center Slrs, 2014, p. 14.

4.2.1. Espanha

Em Espanha, a Federação que regula o futebol amador e o profissional é a RFEF (*Real Federación Española de Fútbol*⁴⁵).

O Regulamento de Intermediários da RFEF foi aprovado pela Comissão Delegada da Assembleia Geral da RFEF no dia 25 de março de 2015.

Intermediário será, assim, a pessoa física ou jurídica que, mediante remuneração ou gratuitamente, atua como representante de jogadores e clubes, com vista a negociar um contrato de trabalho ou como representante de clubes, com vista a celebrar um contrato de transferência.

Quanto ao seu conteúdo, uma das maiores diferenças em relação aos das suas congéneres consiste na exigência de uma entrevista ao candidato a intermediário (artigo 4.º).

Mais ainda, prevê a assinatura de um Código Deontológico conforme a alínea g) do número 3 do artigo 4.º, previsto no ANEXO III.

Por outro lado, prevê que, para que uma pessoa coletiva possa agir como intermediário, todos os seus representantes deverão estar registados na RFEF, o que se traduz num desincentivo substancial à prática da atividade empresarial (cfr. artigo 2.º, n.º 7)

Outra das novidades deste Regulamento foi a previsão de que, caso a RFEF tome conhecimento de que existem intermediários a aliciar jogadores, concorrendo deslealmente, poderá agir contra aqueles (cfr. artigo 11.º, n.ºs 2 e 3 do RFEF).

4.2.2. Itália

Em Itália, a nomenclatura manteve-se pelo que se entende por procurador desportivo a pessoa que, por meio de uma pessoa jurídica, como seja uma sociedade ou uma associação, profissionalmente ou ocasionalmente, assiste um clube e/ou um jogador de futebol, para os fins previstos no artigo 2.º, ao abrigo de um contrato específico, sem que para tal seja necessária uma relação profissional, podendo estar ligado por laços de casamento ou parentesco com os atletas representados.

Assim, a FIGC identifica o exercício da atividade de procurador desportivo com a figura jurídica do mandato sem representação, sendo-lhe, por conseguinte, aplicáveis as respetivas normas. O elemento qualificante do mandato é a existência de

⁴⁵ <http://www.rfef.es/>

uma relação “gestória”, sendo o mandato sem representação quando o mandatário age em nome próprio, mas por conta de outrem. O mandato é um contrato fiduciário e *intuitu personae*. O procurador desportivo deve executar o mandato, seguindo as instruções do mandante. Se não for esta a melhor via para satisfazer os interesses do futebolista, deve perguntar ao mandante como comportar-se.

4.2.3. Reino Unido

A TheFA⁴⁶ criou uma plataforma na internet para o candidato se registar como Intermediário, acessível via “*The FA Whole Game System*”.

Conforme o Apêndice I – Definições do “*FA Regulations Working with Intermediaries*”, o Intermediário consiste na pessoa legal ou natural que prossiga a atividade de Intermediário e esteja registado na Federação, de acordo com o previsto nos Apêndices II ou III.

A definição da atividade de Intermediário, por seu turno, consiste na atuação, de qualquer forma e a todo o tempo, direta ou indiretamente, para ou em nome de um clube com vista a qualquer matéria relacionada com uma transação, o que inclui (mas não está limitado) a realização de um contrato de representação com um jogador ou com um clube.

Nesse sentido, qualquer pessoa legal ou natural que deseje atuar como Intermediário deve registar-se junto da Federação, sendo que tal registo terá a validade de um ano, devendo o candidato provar, aquando do pedido de registo, o seu bom carácter e reputação.

O processo de registo, tal como referido anteriormente, está acessível numa plataforma on-line, sendo necessários para aceder à mesma um “FAN” (número FA) e uma *password*, pelo que os antigos agentes de jogadores devem já possuir o FAN e os novos candidatos devem solicitar na plataforma que lhes seja atribuído um⁴⁷.

De acordo com os princípios gerais deste Regulamento, o Intermediário só poderá agir em nome de uma das partes da relação contratual. Mais ainda, tanto clubes como jogadores só poderão utilizar os serviços de um intermediário se este se encontrar devidamente registado, bem como se entre ambos tiver sido firmado um contrato de representação.

⁴⁶ The Football Association: <http://www.thefa.com/>.

⁴⁷ <http://www.thefa.com/football-rules-governance/more/intermediaries/intermediaries-update#ULPe158xkZQ3d6am.99>

No entanto, e conforme prevê o E1 do *Regulations on Working with Intermediaries*, um Intermediário apenas poderá atuar por uma das partes na transação, salvo se o Intermediário e as outras partes interessadas consentirem numa dupla ou múltipla representação nos termos das Regulações E2 e E3.

4.3. O Regulamento dos Intermediários da FPF

O Regulamento de Intermediários da Federação Portuguesa de Futebol (RIFPF) foi publicado através do Comunicado Oficial n.º 310, datado a 1 de abril de 2015.

Entrou simultaneamente em vigor com o “*Regulations on Working with Intermediaries*” elaborado pela FIFA.

Como referimos anteriormente, o Regulamento FIFA previa os requisitos mínimos para que as Federações adaptassem o seu próprio regulamento de modo a que não entrassem em conflito com os seus ordenamentos jurídicos.

Este RIFPF foi elaborado mediante a conjugação de vontades de diversas entidades envolvidas no futebol, a nível nacional, almejando a uniformização de critérios.

Quanto ao seu âmbito, o RIFPF é aplicável a todos os jogadores e clubes filiados na FPF, na Liga Portuguesa de Futebol Profissional (LPFP) e nas associações distritais e regionais (artigo 3.º RIFPF).

Existindo dois Regulamentos em vigor (o emanado pela FIFA e o da FPF), importa, antes de mais, esclarecer de que modo é que ambos convivem no ordenamento nacional. Assim, e conforme dispõe o n.º 2 do artigo 1.º do RIFPF, em caso de conflito prevalece o da Federação Portuguesa de Futebol⁴⁸, o que se traduz no facto de a FPF assumir a posição dominante para regularizar a figura do Intermediário.

Quanto à figura do Intermediário, prevê o artigo 4.º do RIFPF, que este é a “pessoa singular ou coletiva que, com capacidade jurídica, contra remuneração ou gratuitamente, representa o jogador ou o clube em negociações, tendo em vista a assinatura de um contrato de trabalho desportivo ou de um contrato de transferência”.

Nesse sentido, excluem-se da regulação do RIFPF os intermediários que promovam a celebração de contratos de formação (mesmo que não recebessem

⁴⁸ “Em caso de conflito entre o presente Regulamento e o “*Regulations on Working with Intermediaries*” da FIFA, prevalece o presente Regulamento”

qualquer contrapartida com a celebração) bem como os contratos relativos aos direitos de imagem, ao contrário do que prevê o artigo 37.º da Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto.

Termos em que, podemos concluir que este Regulamento restringe o âmbito da contratação dos serviços de um Intermediário por parte de um jogador e de um clube a:

1. Celebrar ou renovar um contrato de trabalho entre um jogador e um clube, ou
2. Celebrar um contrato de transferência, temporária ou definitiva, entre dois clubes.

4.3.1. A Lei vs. O Regulamento

Atualmente em Portugal e conforme referimos anteriormente, os diplomas que regulam a atividade do empresário desportivo são a Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto (2007) e o Regime Jurídico do contrato de trabalho do praticante desportivo e do contrato de formação desportiva (1998).

A Lei de Bases, de acordo com o artigo 37.º n.º 1, foi ao encontro da definição do empresário desportivo prevista no artigo 2.º alínea d) da Lei n.º 28/98, de 26 de junho, sendo que, a única diferença entre ambas é que a Lei reforçada apenas prevê taxativamente o tipo de contratos desportivos que o empresário desportivo pode celebrar: contratos de formação desportiva, contratos de trabalho desportivo ou relativos a direitos de imagem. Assim:

Artigo 37.º

Empresários desportivos

1 - São empresários desportivos, para efeitos do disposto na presente lei, as pessoas singulares ou coletivas que, estando devidamente credenciadas, exerçam a atividade de representação ou intermediação, ocasional ou permanente, mediante remuneração, na celebração de contratos de formação desportiva, de trabalho desportivo ou relativos a direitos de imagem.

No entanto, o RIFPF apenas prevê dois tipos de contratos: contratos de trabalho desportivo e os contratos de transferência. Ficaram assim de parte do exercício da atividade de intermediário os contratos de formação desportiva e os

contratos relativos a direitos de imagem. O RIFPF “criou” um âmbito de atuação dos intermediários no futebol: contratos de transferência, restringindo o âmbito previsto tanto na Lei de Bases como na Lei 28/98, de 26 de junho.

Ainda no referido artigo 37.º, a obrigação da credenciação é entendida no sentido em que apenas poderão exercer a atividade de empresário desportivo as pessoas habilitadas e registadas para tal, pelo que o RIFPF preenche o requisito exigido tanto na Lei de Bases como na Lei 28/98, de 26 de junho.

Quanto ao disposto do n.º 2 do artigo 37.º, este encontra projeção no artigo 5.º, n.º 4 do RIFPF.

O sigilo profissional, previsto no n.º 3 do artigo 37.º constituiu uma “novidade jurídica” no âmbito do desporto, na sequência do disposto no artigo 80.º do Código Civil⁴⁹. Estamos perante uma liberdade fundamental: a que cada um tem de, sem prejudicar terceiros, orientar a sua vida privada como entender, pelo que se torna desnecessário que um Regulamento repita o estabelecido tanto numa Lei de Bases como na Lei Civil, mormente devido à hierarquia dos atos normativos que supra referimos.

Numa apreciação desta temática, é nosso entendimento que a FPF, ao exigir que os intermediários celebrem um contrato de seguro de responsabilidade civil, está também a proteger o jogador em caso de violação do sigilo, na medida em que estamos perante um dever profissional do intermediário.

Tanto a Lei de Bases como a Lei 28/98, de 26 de junho preveem que esta atividade apenas pode ser praticada a título oneroso. No entanto, o RIFPF prevê que a atividade pode ser remunerada ou gratuita.

Quanto à Lei 28/98, de 26 de junho, o artigo 22.º, n.º 1 prevê a necessidade de uma autorização para o exercício da atividade, emitida pelas entidades desportivas nacionais ou internacionais, sendo que, hoje em dia, tal não acontece na medida em que tanto o Regulamento FIFA como o Regulamento FPF preveem apenas a necessidade de uma autorização por parte da entidade nacional responsável, *in casu*, a FPF.

O artigo 23.º, n.º 2 prevê que, nas federações desportivas onde existam competições de carácter profissional, como acontece com a FPF, o registo deve ser

⁴⁹ Que prevê o seguinte: “Todos devem guardar reserva quanto à intimidade da vida privada de outrem”.

igualmente efetuado junto da respetiva Liga. No entanto, o RIFPF restringe este registo à FPF, tal como dispõe o artigo 6.º do RIFPF⁵⁰.

Conforme o artigo 23.º n.º 4, a atividade exige como requisito necessário a celebração de contratos de mandato. No futebol a realidade é diferente, dado que foi criada uma figura diferente – os contratos de representação. O mandato por si só não parece suficiente para definir toda a atividade do intermediário, uma vez que este não se limita a representar os jogadores, obrigando-se a gerir a carreira desportiva dos seus representados. Assim, trata-se de um contrato atípico, não podendo ser regulado apenas por um instituto jurídico⁵¹.

O artigo 24.º n.º 1 dispõe que “As pessoas singulares ou coletivas que exerçam a atividade de intermediários, ocasional ou permanentemente, só podem ser remuneradas pela parte que representam”. No entanto, o Regulamento prevê uma exceção no artigo 11.º, n.º 6 na medida em que dispõe que “após a conclusão da transação, o jogador pode dar o seu consentimento escrito ao clube para que este pague ao Intermediário em seu nome”.

Sucintamente, importa reter que o RIFPF, quando comparado com a Lei n.º 28/98, de 26 de junho:

- a) Retirou da atividade de intermediário os contratos de formação desportiva, bem como, os relativos a direitos de imagem;
- b) Criou um novo âmbito de atuação do intermediário – os contratos de transferência;
- c) Prevê que a atividade do intermediário poderá ser graciosa, contrariamente ao previsto para o empresário desportivo;
- d) Prevê a inexigibilidade de um duplo registo (Liga Portugal e FPF);
- e) Prefere o contrato de representação em detrimento do contrato de mandato.

⁵⁰ Prevê que “Só podem exercer a atividade de Intermediário as pessoas singulares ou coletivas registadas na FPF.

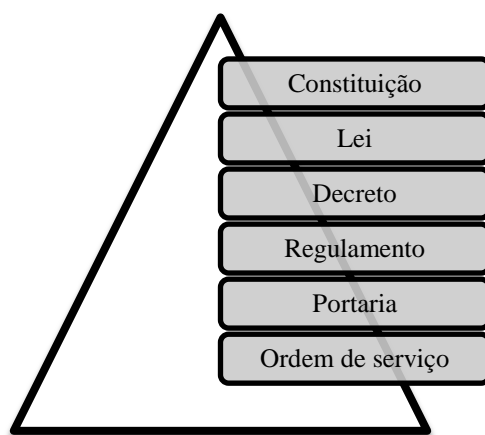
⁵¹ Para PAIS DE VASCONCELOS, Pedro, *Contratos Atípicos*, Coimbra: Almedina, 1995, p. 222, de uma perspetiva tipológica, “os contratos mistos são contratos atípicos que se situam numa posição intermédia entre tipos (...) os contratos mistos, nesta perspetiva, são contratos que, sem corresponderem francamente a qualquer dos tipos em questão, são formas de transição entre esses tipos”. Para PINTO DUARTE, Rui, *Tipicidade e atipicidade dos contratos*, Coimbra: Almedina, 2000, p. 49, o contrato misto, sem corresponder inteiramente a um dos tipos de que é misto, tem aspetos deles. O Autor considera, por isso, que os contratos mistos são contratos atípicos. Registe-se, contudo, que o autor sublinha que não são, em rigor, contratos mistos, contratos que apresentem um conteúdo excessivo em relação a um tipo. Como o refere o autor (p. 48), “todo o concreto é excessivo por relação ao abstrato (ou ao geral) e nunca há lugar a encaixes perfeitos daquele neste”.

Nesse sentido, quando estamos perante uma contradição (real ou aparente) de normas jurídicas, emanadas por autoridades competentes ou legitimadas para tal, vigentes, ao mesmo tempo, na mesma ordem jurídica (antinomia jurídica), a tarefa do aplicador do Direito torna-se mais complicada, obrigando a uma reflexão ponderada, com vista a perceber qual das normas deve prevalecer⁵².

Necessitamos, assim, de recorrer a critérios de resolução destas antinomias, sendo que, tendencialmente, se recorre a um de três critérios:

1. Critério Cronológico (*lex posterior derogat legi priori*), caracterizado pela prevalência da norma posterior, em caso de antinomia entre duas normas criadas em dois momentos cronológicos distintos, coadunando-se com o princípio da vigência e eficácia das normas.

2. Critério Hierárquico (*lex superior derogat legi inferiori*), facilmente compreendido com o auxílio da Pirâmide de Kelsen, consiste na preferência dada a uma norma de estatuto hierarquicamente superior. Nesse sentido, as normas constitucionais prevalecem sobre as legais, que, por seu turno, prevalecem sobre as regulamentares



1. Pirâmide de Kelsen

3. Critério Específico (*lex specialis derogat legi generali*), que se baseia na supremacia relativa da norma mais específica ao caso em apreço, isto é, a norma de carácter especial, mais próxima do caso, prevalece sobre a norma de carácter geral.

Parece-nos que a interpretação mais favorável, neste caso, é a de que o Regulamento e a Lei podem coexistir. No entanto, o carácter especial daquele, bem

⁵² Para um maior aprofundamento desta matéria, v. HESPANHA, António Manuel, *O Caleidoscópio do Direito – O Direito e a Justiça nos dias e no mundo de hoje*, Coimbra: Almedina, 2007, pp. 582 e ss. e OLIVEIRA ASCENSÃO, José de, *O Direito – Introdução e Teoria Geral*, 13.^a edição refundida, Coimbra, Almedina, 2008, pp. 540 e ss.

como a sua posterior elaboração, permitem que se aproxime mais da realidade atual⁵³. Assim, e dado o carácter das diferenças entre ambos, o Regulamento deve prevalecer, por ser legítimo e não estar ferido de invalidades ou ilegalidades.

4.3.2. O procedimento interno na FPF

Importa então, após conhecer a regulamentação existente no que concerne à figura do intermediário, esclarecer qual o procedimento que irá ser seguido na FPF, de modo a fazer cumprir os regulamentos.

Assim, poderão ser intermediários (artigo 4.º do RIFPF):

- 1) As pessoas singulares;
- 2) As pessoas coletivas (sendo que, quanto a estas, apenas é aceite o seu registo se um seu representante já se encontrar registado como intermediário, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 7.º do RIFPF).

4.3.2.1. Inscrição e Registo

A pessoa que queira exercer a atividade de intermediário, deverá entregar em mão, na receção da Federação Portuguesa de Futebol ou através de via postal⁵⁴, os documentos previstos no n.º 1 do artigo 7.º do RIFPF⁵⁵.

- a. *Cópia dos documentos de identificação civil e fiscal;*
- b. *Declaração de Intermediário (anexo ao Regulamento);*
- c. *Declaração de honra da inexistência de relações contratuais com ligas, federações, confederações ou com a FIFA, que possam dar origem a um potencial conflito de interesses;*
- d. *Registo criminal atualizado;*
- e. *Cópia de apólice de seguro de responsabilidade civil (até ao montante de 50.000€);*
- f. *Declaração de inexistência de situação de insolvência;*
- g. *Certidão comprovativa da situação contributiva regularizada, emitida pelas autoridades competentes;*

⁵³ Não podemos, de modo algum, olvidar que a Lei n.º 28/98, de 26 de junho se encontra em processo de revisão, pela mesma motivação.

⁵⁴ Importa ressaltar a importância do envio dos documentos em correio registado com aviso de receção, dado o carácter confidencial dos mesmos.

⁵⁵ Todos os documentos deverão estar redigidos em língua portuguesa, conforme dispõe o n.º 3 do artigo 7.º do RIFPF.

h. O pagamento de uma taxa de registo de 1000 euros (sendo que 50% é depositada no Fundo de Garantia Salarial – Artigo 15.º do RI).

Analisemos, em detalhe, o teor de cada uma das alíneas:

a. Cópia dos documentos de identificação civil e fiscal

Se estivermos a falar de intermediários com *nacionalidade portuguesa*:

1. Tratando-se de *peessoas singulares*:

1.1. *Identificação Civil*: Cartão de Cidadão, Bilhete de Identidade ou Passaporte;

1.2. *Identificação Fiscal*: Número de Identificação Fiscal⁵⁶;

2. No que concerne às *peessoas coletivas*:

2.1. *Identificação Civil*: Número de Inscrição da Pessoa Coletiva (Certidão permanente);

2.2. *Identificação Fiscal*: Número de Identificação da Pessoa Coletiva⁵⁷

Quanto às pessoas com *nacionalidade estrangeira* e que não tenham residência permanente em Portugal:

1. Tratando-se de *peessoas singulares*:

1.1. *Identificação Civil*: Número de Identificação Civil da sua nacionalidade ou passaporte.

1.2. *Identificação Fiscal*: Número de Identificação Fiscal da sua área contributiva.

2. No que concerne às *peessoas coletivas*:

2.1. *Identificação Fiscal*: Número de Identificação Fiscal da Pessoa Coletiva da sua área contributiva.

Caso o intermediário não tenha possibilidade de pedir, devido ao facto de ainda não haver descontado no país no qual agora trabalhe, terá de pedir no país da sua residência.

b. Declaração de Intermediário (anexo ao Regulamento);

A Declaração de Intermediário encontra-se em anexo ao RIFPF.

Constitui uma adaptação da declaração constante do “*Regulations on Working with Intermediaries*” da FIFA, sendo que existem duas declarações – uma destinada às pessoas singulares e outra para as pessoas coletivas, aplicáveis tanto a nacionais como a estrangeiros.

⁵⁶ Decreto-lei n.º 14/2013, de 28 de janeiro – Artigo 2º.

⁵⁷ Decreto-lei n.º 14/2013, de 28 de janeiro – Artigo 11º/1 e 19º/4.

Importa salientar que, no caso das pessoas coletivas, deve ser entregue uma Declaração de Intermediário de pessoa coletiva, assinada pelo representante da empresa, bem como uma Declaração de Intermediário para pessoa singular. As duas não se substituem.

Mais ainda, a Declaração de Intermediário deve ser a que consta do Anexo I ou II do Regulamento, nunca noutra idioma.

c. Declaração de honra da inexistência de relações contratuais com ligas, federações, confederações ou com a FIFA, que possam dar origem a um potencial conflito de interesses,

Tal declaração é um documento particular, redigido em português, no qual o requerente declara que não tem quais relações (contratuais ou pessoais) conflituantes com a sua atuação no âmbito da atividade de Intermediário. No entanto, a Declaração de Intermediário constante no Anexo I ou II preenche este requisito.

d. Registo criminal atualizado

O registo criminal contém os antecedentes criminais dos cidadãos ou empresas, de modo a permitir o respetivo conhecimento, nos termos legais, ou a atestar a ausência de antecedentes criminais.

A obrigação de apresentação do certificado de registo criminal apresenta diferenças quanto às pessoas singulares e pessoas coletivas, nacionais ou não.

Quanto aos Intermediários *nacionais*:

1. *Pessoas singulares*: o próprio ou alguém em seu nome (autorizado por escrito) ou no seu interesse deve requerer o certificado de registo criminal, junto das entidades competentes, sendo que o fim do certificado será o Profissão/Atividade sem lei especial – Lei 57/98, especificando a função “Intermediário” no campo próprio.
2. *Pessoas coletivas*: a própria pessoa coletiva, ou alguém em seu nome ou no seu interesse devem requerer o certificado de registo criminal, junto das entidades competentes.

No que concerne aos Intermediários *estrangeiros*:

1. *Pessoas singulares*: devem requerer o registo criminal aos serviços competentes portugueses e do país da nacionalidade, traduzido para português.

2. *Pessoas coletivas:* devem requerer o registo criminal aos serviços competentes portugueses e do país da sede, quando exista registo criminal de pessoas coletivas nesse país, traduzido para português.

É de realçar que, para reforçar a segurança dos cidadãos no espaço europeu de liberdade, segurança e justiça, foram tomadas, a nível europeu, medidas concretas que permitem o intercâmbio eficiente de informações sobre condenações penais entre Estados-Membros⁵⁸. Em especial, foi criado um sistema computadorizado designado ECRIS (Sistema Europeu de Informação sobre os Registos Criminais), que entrou em funcionamento em abril de 2012.

- e. *Cópia da apólice de seguro de responsabilidade civil adequado ao exercício da atividade, cobrindo responsabilidades por danos até ao montante de €50.000,00*

Desde logo, é de ressaltar o facto de o seguro dever ser adequado à prática da atividade de Intermediário.

A ANAF celebrou um acordo com a seguradora *Generali* (Este acordo era já anterior a este RIFPF) de modo a que os candidatos a Intermediários tivessem uma maior facilidade em encontrar um seguro que obedeça a este requisito.

Aqueles (agentes de jogadores) que haviam celebrado anteriormente um contrato de seguro coincidente com o que agora é exigido poderão fazer valer esse seguro. No entanto, é nossa opinião que este deve abranger a totalidade da época desportiva em que se inscrevem.

A cópia do recibo não substitui o requisito exigido deste mesmo preceito. Assim, deverá ser anexada a cópia da apólice de seguro.

- f. *Declaração de inexistência de situação de insolvência;*

Esta declaração é constituída por um documento particular no qual, tanto as pessoas singulares como as pessoas coletivas, afirmam que não estão em situação de insolvência, nem em risco eminente de tal acontecer – “Não se encontra em situação económica difícil, nem em situação de insolvência iminente”.

⁵⁸ Os princípios gerais que regem o intercâmbio de informações e o funcionamento do sistema encontram-se estabelecidos na Decisão-Quadro 2009/315/JAI, transposta para ordem jurídica interna pela Lei n.º 37/2015, de 5 de maio (Decisão-Quadro relativa ao intercâmbio de informações sobre registos criminais) e na Decisão 2009/316/JAI (Decisão ECRIS), sendo que, o intercâmbio de informações sobre registos criminais pode ter fins diferentes do processo penal.

É de ressaltar que esta declaração, no que concerne aos estrangeiros, deve ser realizada ou traduzida para português. No entanto, e por questões práticas, a própria Declaração de Intermediário preenche também este requisito.

- g. Certidão comprovativa de situação contributiva regularizada, emitida pelas autoridades competentes;*

Tal certidão destina-se a comprovar que não existem dívidas de contribuições, quotizações e juros de mora e de outros valores devidos pelos contribuintes, se existem dívidas ou se foi autorizado pagamento em prestações, enquanto estiverem a ser cumpridas as condições da autorização e ainda que, existindo dívidas, o contribuinte tenha reclamado, recorrido, apresentado oposição ou impugnado judicialmente a dívida, desde que tenha sido prestada garantia para o efeito, podendo ser requerida, tanto por pessoas singulares como coletivas. Tais “Autoridades competentes” são a Autoridade Tributária e a Segurança Social.

Quanto aos estrangeiros, quer estejamos perante pessoas singulares ou coletivas, deverão apresentar a certidão emitida pela autoridade competente no país do seu domicílio fiscal e no qual procedem às contribuições para Autoridade Tributária e a Segurança Social, devendo tais documentos estar traduzidos oficialmente.

- h. O pagamento de uma taxa de registo de 1000 euros (sendo que 50% é depositada no Fundo de Garantia Salarial – Artigo 15.º do RI)*

Importa ressaltar, quanto às pessoas coletivas, deverão ser pagas duas taxas: uma referente à pessoa coletiva e outra referente ao seu representante.

Aquando da entrega em mão dos documentos, é emitido ao candidato um comprovativo em que como depositou os documentos, sendo que, na receção, reencaminham os documentos para a secretaria, cujo horário de expediente se encontra no Comunicado Oficial n.º 1. A secretaria é quem cabe dar seguimento ao processo, remetendo-o ao órgão competente para a candidatura prosseguir (*in casu*, Direção Jurídica da FPF).

Após aferir a legalidade e veracidade da documentação apresentada, deve verificar-se se o Intermediário não está limitado por qualquer das incompatibilidades

ou impedimentos previstos no artigo 5.º, n.º 6 do RIFPF, sob pena de a inscrição ser liminarmente rejeitada⁵⁹.

Assim, não poderão ser intermediários:

- a) Os membros dos órgãos sociais da FIFA, de uma Confederação, Federação, Liga, Associação de Futebol ou Clube;
- b) Os membros dos Conselhos e Comissões da FIFA, de uma Confederação, Federação, Liga, Associação de Futebol ou Clube;
- c) Os praticantes, árbitros, árbitros assistentes, treinadores ou qualquer pessoa responsável pela equipa técnica ou médica num Clube;
- d) Os colaboradores da FIFA, de uma Confederação, Federação, Liga, Associação de Futebol ou Clube, bem como todas as outras pessoas obrigadas a cumprir os Estatutos da FIFA;

É de ressaltar que “Clube” compreende as sociedades desportivas conforme o artigo 1.º, n.º 4 do RIFPF.

Todas estas incompatibilidades compreendem as limitações à prática da atividade de empresário desportivo, previstas no artigo 25.º da Lei n.º 28/98, de 26 de junho (alterada pela Lei n.º 114/99, de 3 de Agosto):

Artigo 25.º

(Limitações ao exercício da atividade de empresário)

Sem prejuízo de outras limitações estabelecidas em regulamentos federativos nacionais ou internacionais, ficam inibidos de exercer a atividade de empresários desportivos as seguintes entidades:

- a) As sociedades desportivas;
- b) Os clubes;
- c) Os dirigentes desportivos;
- d) Os titulares de cargos em órgãos das sociedades desportivas;
- e) Os treinadores, praticantes, árbitros, médicos e massagistas.

Quanto aos impedimentos⁶⁰, estes recaem especialmente sobre a conduta do intermediário, mormente, se o candidato:

- a) Não tiver idoneidade irrepreensível, sendo que esta consideração cabe à Comissão de Intermediários, como desenvolveremos adiante;

⁵⁹ As incompatibilidades devem ser verificadas, embora os candidatos assinem a Declaração em como não recaem em nenhuma das incompatibilidades.

⁶⁰ Tais impedimentos recaem substancialmente em matérias compreendidas no registo criminal, daí a importância da atualidade e das informações contidas neste.

b) Tiver sido condenado por crimes praticados no domínio da legislação sobre violência, racismo, violência e xenofobia no Desporto, até cinco anos após cumprimento da pena, salvo se sanção diversa lhe tiver sido aplicada por decisão judicial (Lei n.º 39/2009, de 30 de Julho), ou seja, apenas passados cinco anos do cumprimento da pena é que se poderá candidatar;

c) Tiver sido condenado por crimes no domínio da dopagem ou por comportamentos suscetíveis de afetar a verdade, a lealdade e a correção da competição e do seu resultado na atividade desportiva, até cinco anos após cumprimento da pena, salvo se sanção diversa lhe tiver sido aplicada por decisão judicial;

d) Tiver sido condenado por qualquer crime punível com pena de prisão superior a três anos, até cinco anos após o cumprimento da pena, salvo se sanção diversa lhe tiver sido aplicada por decisão judicial.

4.3.2.2. Procedimento adotado para os anteriores agentes FIFA licenciados pela Federação Portuguesa de Futebol

No que concerne aos anteriores agentes FIFA licenciados pela Federação Portuguesa de Futebol, o RIFPF prevê que as suas atuais licenças caducaram a partir da entrada em vigor do RIFPF, devendo ser devolvidas à FPF⁶¹ (esta perda de efeitos foi imediata, com a entrada em vigor do RIFPF).

Todos os contratos de representação por estes celebrados e registados na FPF caducaram, uma vez que o sistema de licenciamento deixou de estar em vigor. Assim, terão que ser celebrados novos contratos de representação.

No entanto, a validade dos contratos de trabalho ou dos contratos de transferência não será afetada pelo RIFP (artigo 2.º, n.º 2).

Quanto ao regime de inscrição e candidatura, estes têm um regime um pouco mais benéfico, na medida em que:

1. Não terão de pagar o valor de inscrição de 1000 euros da presente época; e,

⁶¹ Artigo 14.º n.º 1 do RIFPF: “Com a entrada em vigor do presente Regulamento, o sistema de licenciamento anterior deixa de ser aplicado e todas as suas licenças existentes perdem a sua validade com efeitos imediatos, devendo ser devolvidas à FPF”.

2. Não deverão pagar as inscrições/renovações de registo das épocas desportivas de 2014/15, 2015/16 e 2016/17⁶².

No entanto terão que enviar todos os documentos acima assinalados para que a candidatura seja renovada.

4.3.2.3. Comissão de Intermediários

A alínea a) do n.º 2 do artigo 7.º do RIFPF pressupõe que a *Comissão de Intermediários* (adiante, CI) tem de se pronunciar sobre todos os candidatos.

Após o depósito de todos os documentos, cabe ao Departamento Jurídico verificar se os mesmos estão conformes com o Regulamento. Se assim for, é enviada a candidatura (documentos de candidatura e não os contratos de representação) à CI para averiguar se o candidato possui idoneidade suficiente para praticar a atividade (artigo 8.º, n.º 3 a) do RIFPF).

A CI tem competência para verificar a idoneidade dos candidatos a Intermediários bem como verificar se, no decurso da sua atividade, os intermediários a perderam ou não (cfr. artigo 8.º do RIFPF). As decisões desfavoráveis deverão ser tomadas por 2/3 dos membros da CI, tendo em conta o registo disciplinar, profissional e desportivo do candidato ou do Intermediário.

Se for aprovado o cancelamento da inscrição, a CI remete a decisão para a Direção Jurídica, à qual caberá transmitir a informação ao candidato ou ao Intermediário, caso tenha surgido algum impedimento no decorrer da sua atividade.

Caso haja rejeição da candidatura ou cancelamento do registo por parte da CI, a decisão é recorrível, uma vez que, apesar de o Regimento da Comissão de Intermediários não prever o recurso das suas decisões, tendo esta Comissão sido criada com a aprovação da Direção da FPF e estando subordinada a esta, qualquer recurso é-lhe sempre dirigido (recurso hierárquico).

Se a Direção da FPF confirmar a decisão da CI, rejeitando liminarmente tal recurso, a única via será recorrer para o Conselho de Justiça da Federação Portuguesa de Futebol, nos termos do disposto no artigo 10.º, alínea a) do Regimento do Conselho de Justiça da FPF.

ARTIGO 10º (Contencioso de Anulação)

⁶² Artigo 14.º n.º 2 do RIFPF

Compete ao Conselho de Justiça conhecer e julgar os recursos interpostos:

- a) Das decisões e deliberações da Direção ou dos respetivos membros e do Presidente da FPF;
- b) Das deliberações de qualquer uma das secções do Conselho de Arbitragem da FPF;
- c) Dos atos e das decisões da Comissão Eleitoral da FPF;
- d) Dos atos e deliberações dos órgãos da LPFP ou qualquer dos seus membros;
- e) Das decisões do Órgão de Primeira Instância;
- f) Das decisões proferidas pelas Comissões Permanentes previstas nos Estatutos ou dos seus membros;
- g) Das decisões proferidas por outras entidades criadas por regulamentos aprovados em Assembleia Geral, salvo se lhe for atribuída expressamente competência para decisão diferente da de mera anulação.

Caso tal ocorra, o candidato tem como única via de recurso o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa (artigo 12.º do Regime Jurídico das Federações Desportivas), ou ao Tribunal Arbitral do Desporto, nos termos do disposto no artigo 4.º da Lei n.º 74/2013, de 6 de setembro.

Artigo 12.º (Justiça desportiva)

Os litígios emergentes dos atos e omissões dos órgãos das federações desportivas, no âmbito do exercício dos poderes públicos, estão sujeitos às normas do contencioso administrativo, ficando sempre salvaguardados os efeitos desportivos entretanto validamente produzidos ao abrigo da última decisão da instância competente na ordem desportiva.

Artigo 4.º (Arbitragem necessária)

1 - Compete ao TAD conhecer dos litígios emergentes dos atos e omissões das federações desportivas, ligas profissionais e outras entidades desportivas, no âmbito do exercício dos correspondentes poderes de regulamentação, organização, direção e disciplina.

Se a CI aprovar o candidato, esta comunica tal decisão à Direção Jurídica da FPF, cabendo a esta notificar o requerente da decisão.

Nesse sentido, é emitido ao Intermediário um documento comprovativo (artigo 6.º, n.º 3 do RIFPF), sendo que este poderá utilizar, posteriormente, no exercício da sua atividade, a designação “Intermediário registado na FPF” (artigo 6.º, n.º 4 do RIFPF).

É-lhe enviado o respetivo cartão de que se encontra devidamente registado na Federação Portuguesa de Futebol.

A partir desse momento, o Intermediário encontra-se completamente habilitado para exercer as suas funções.

4.3.2.4. Aprovação da candidatura e entrega do cartão de intermediário

Após a aprovação da candidatura e entrega do respetivo comprovativo (cartão de intermediário), o Intermediário pode participar nos negócios previstos no n.º 1 do artigo 2.º do RIFPF.

Embora numa fase inicial não seja exigível aos clubes ou jogadores que, no processo de seleção e contratação de Intermediários, verifiquem se o Intermediário está registado na FPF, é nosso entender que para a próxima época (2015/2016) esta obrigação deva ser essencial, sob pena de incorrer em procedimento suscetível de gerar sanção.

Os intermediários, e de acordo com o artigo 5.º, n.º 4 do RIFPF, só podem agir em nome e por conta de uma das partes da relação contratual. Como verificámos anteriormente no “*Regulations on Working with Intermediaries*”, o Intermediário poderia agir em nome de ambas as partes no negócio se tanto o clube como o jogador dessem o seu consentimento por escrito previamente à celebração de qualquer negócio. No entanto, no caso português, estamos limitados pela Lei n.º 28/98, de 26 de junho que, no seu artigo 22.º, n.º 2, prevê que “A pessoa que exerça a atividade de empresário desportivo só pode agir em nome e por conta de uma das partes da relação contratual”.

No que concerne aos menores, e conforme o disposto no artigo 5.º, n.º 4, “o Intermediário não pode agir em nome e por conta de praticantes desportivos menores de idade”, ou seja, a celebração de qualquer contrato de trabalho ou de transferência carece de autorização por parte do responsável pelo menor.

Aquando a celebração dos contratos previstos no n.º 1 do artigo 2.º do RIFPF, o Intermediário deve proceder nos termos seguintes:

1. *Qualquer pagamento dos serviços prestados por um Intermediário é efetuado pelo jogador ou pelo clube, sendo proibida a cessão de créditos* (artigo 11.º, n.º 5).

Nos contratos de representação, e uma vez que as “*condições de pagamento*” são requisito essencial, tanto para o clube como para o jogador, não poderá existir a cessão de créditos, ou seja, nos termos do disposto no artigo 577.º do Código Civil, a cessão a terceiro de uma parte ou da totalidade de um crédito, independentemente do consentimento do devedor.

Artigo 577.º (Admissibilidade da cessão)

1. O credor pode ceder a terceiro uma parte ou a totalidade do crédito, independentemente do consentimento do devedor, contanto que a cessão não seja interdita por determinação da lei ou convenção das partes e o crédito não esteja, pela própria natureza da prestação, ligado à pessoa do

Assim, tanto jogadores como clubes devem pagar diretamente ao Intermediário, sendo proibida a cessão de créditos como forma de pagamento pela atividade deste.

Após a conclusão da transação, caso o jogador entenda que o pagamento devido ao Intermediário seja entregue pelo clube que o contratou, este deve dar o seu consentimento por escrito ao clube, de modo a que este pague ao Intermediário em seu nome, conforme dispõe o n.º 6 do artigo 11.º: “*Após a conclusão da transação, o jogador pode dar o seu consentimento escrito ao clube para que este pague ao Intermediário em seu nome*”.

No nosso entender, tal consentimento deve ser entregue na FPF em anexo ao contrato de trabalho ou ao contrato de transferência na medida em que, de acordo com o n.º 1 do artigo 10.º, “*O jogador e o clube comunicam à FPF as informações completas sobre todas e quaisquer remunerações ou pagamentos acordados, sejam de que natureza forem, que tenham efetuado ou venham a efetuar a favor de um Intermediário*”.

No entanto, uma das questões que se prende com esta autorização é o facto de na maioria dos contratos de representação, o jogador haver acordado na cláusula em que o respetivo pagamento é feito do jogador para o Intermediário.

2. *O jogador e o clube comunicam à FPF as informações completas sobre todas e quaisquer remunerações ou pagamentos acordados, sejam de que natureza forem, que tenham efetuado ou venham a efetuar a favor de um intermediário* (artigo 10.º).

Tanto jogadores como clubes estão obrigados a fornecer à FPF informações sobre quaisquer pagamentos acordados, bem como qualquer remuneração entregue ao Intermediário, sendo que, de acordo com o n.º 3 do artigo 10.º, os contratos celebrados com os Intermediários devem garantir que não existirão obstáculos posteriores à divulgação destes contratos, obrigação esta que deve sempre ser moderada com o “sigilo profissional”.

Assim, devem oferecer condições para ser divulgadas:

- a) Informações completas sobre todas e quaisquer remunerações ou pagamentos acordados seja de que natureza forem, que tenham efetuado ou venham a efetuar a favor de um intermediário;
- b) Todos os contratos, acordos e registos com o Intermediário, que estejam relacionados com os contratos de trabalho ou de transferência;

Desse modo, o clube e o jogador devem assegurar que qualquer contrato de transferência ou contrato de trabalho celebrado com o recurso a serviços de Intermediário contém o nome e assinatura deste, bem como o seu número de registo na FPF.

Na medida em que implicam a informação imediata à FPF, as questões relacionadas com qualquer cessão de posição contratual, termo antecipado, subcontratação, alteração ou qualquer situação que afete o contrato de representação depositado (artigo 9.º, n.º 4), também devem estar realizadas de modo a que se possa proceder à sua divulgação.

Conforme o disposto anteriormente, importa ressaltar que caso um jogador ou um clube que não tenham utilizado os serviços de um Intermediário nas suas negociações, a documentação pertinente relativa à transação deve conter uma cláusula específica que indique tal facto (Artigo 10.º n.º 6).

Quanto aos contratos de representação (e como supra referido), estes tem que ser celebrados em quadruplicado. Se o jogador ainda for amador, o contrato deve seguir para ser registado na Federação Portuguesa de Futebol. No entanto, se o jogador amador se tornar profissional (celebrando um contrato de trabalho), basta apenas que se anexe ao contrato um exemplar para fins de registo na Liga Portuguesa

de Futebol Profissional. Se, porventura, estivermos perante a transferência de um jogador profissional, têm que ser entregues duplicados em ambas as entidades.

Nos termos do artigo 10.º, n.º 9, a FPF disponibiliza ainda aos jogadores registados e clube filiados quaisquer informações relativas às transações que violem as presentes disposições e que sejam relevantes para as irregularidades em questão, sendo que, nos termos do artigo 11.º, n.º 4, o clube deve garantir que os pagamentos devidos a outro clube relativamente a uma transferência, nomeadamente por compensação, por formação ou contribuição de solidariedade, não sejam efetuados ao Intermediário, nem pelo próprio Intermediário.

Por seu turno, dispõe o artigo 12.º do RIFPF que, antes de contratar os serviços de intermediários, tanto jogadores como clubes devem realizar todos os esforços para garantir que, em relação a todos eles, não existe conflito interesses e que não pode vir a correr risco de existir.

4.3.2.5. Contratos de representação

Nos termos do disposto no n.º do artigo 5.º do RIFPF, o jogador e o clube podem contratar os serviços de um Intermediário quando negociem e celebrem contratos de trabalho desportivo ou contratos de transferência, incluindo eventuais alterações ou renovações, sendo que, nos termos do n.º 2, o processo de seleção e de contratação, o jogador e o clube devem agir com o devido cuidado, devendo, nomeadamente, antes do início da prestação dos serviços, certificar que o Intermediário está registado na FPF e assinar um contrato de representação, conforme o disposto neste Regulamento.

Assim, o clube, o jogador ou o Intermediário estão proibidos de propor, direta ou indiretamente, a qualquer outra parte envolvida numa transação, que esta dependa ou fique condicionada ao acordo do jogador com um determinado Intermediário (artigo 5.º, n.º 5).

Os contratos de representação são parte fundamental do registo e requisito necessário para a atividade do Intermediário, estando previstos no artigo 9.º do RIFPF. Como tal, importa analisar profundamente esta matéria.

Tais contratos poderão ser entregues para registo:

- 1) No momento da candidatura a Intermediário;
- 2) Após a aprovação da mesma e do começo da atividade do Intermediário;

3) Em anexo ao contrato trabalho desportivo bem como ao contrato de transferência de jogador.

É de ressaltar que, tais contratos nunca poderão ser depositados, em qualquer circunstância, após o registo da transação (tanto do contrato de trabalho como do contrato de transferência).

No âmbito da relação contratual, vigora o princípio da liberdade contratual entre as partes.⁶³ No entanto, já existem contratos previamente elaborados pelos Intermediários, que (quase) se aproximam a contratos de adesão, nos quais o jogador perde frequentemente o seu poder de negociação do clausulado a que se vincula.

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 9.º do RIFPF, os contratos de representação têm de ser elaborados em quadruplicado, sendo um exemplar para cada uma das partes, outra para a FPF e outra para a LPFP – caso os contraentes participem nas suas competições – e têm que conter obrigatoriamente os seguintes dados:

a) Identificação das partes, incluindo o número de registo de Intermediário.

O número de registo do Intermediário, aquando a inscrição deste, não poderá ser considerado requisito necessário do contrato. Somente após a aprovação da candidatura, e tendo-lhe sido entregue o número de registo. O Intermediário terá que, obrigatoriamente, inclui-lo nos contratos que vier a celebrar;

b) Descrição do âmbito, esclarecendo a natureza dos serviços a prestar.

Tais serviços podem revestir a natureza de consultoria, representação, mediação entre outros. Poderá também ser prevista ou não a exclusividade tanto para os clubes como para os jogadores.

c) Duração da relação jurídica, a qual não poderá ser superior a dois anos nem conter cláusula de renovação automática.

No entanto, a relação contratual poderá ser sempre renovada, mediante acordo entre as partes e outorga de novo contrato.

d) Remuneração do Intermediário pela atividade desenvolvida.

No que diz respeito a esta retribuição, apenas se prevê a percentagem, na medida em que o valor em que essa percentagem irá recair estará sempre dependente do contrato de trabalho ou do contrato de transferência.

⁶³ V. Artigo 219.º do CC: “A validade da declaração negocial não depende da observância de forma especial, salvo quando a lei a exigir”.

O montante de remuneração devida a um Intermediário contratado para agir em nome do jogador é calculado com base no rendimento bruto correspondente ao período de duração do contrato (artigo 11.º, n.º 1).

O clube que contrate os serviços de um Intermediário deve acordar a remuneração antes da realização da transação, podendo o pagamento ser efetuado de uma só vez ou em prestações (artigo 11.º, n.º 2).

O artigo 11.º, n.º 3 prevê que, salvo acordo em contrário, deve constar de cláusula escrita no contrato inicial o montante total de remuneração por transação devido ao Intermediário, que não pode exceder:

1. Quando o Intermediário tenha sido contratado para agir em nome de um jogador, 5% com base no rendimento bruto do jogador correspondente ao período de duração do contrato de trabalho;

2. Quando o Intermediário tenha sido contratado para agir em nome de um clube, com o fim de celebrar um contrato de trabalho com um jogador, 5% do rendimento bruto do jogador correspondente ao período de duração do contrato de trabalho;

3. Quando o Intermediário tenha sido contratado para agir em nome de um clube, com o fim de celebrar um contrato de transferência com um jogador, 5% do eventual prémio de transferência pago em relação à transferência do jogador, sendo assim possível a remuneração sujeita a condições futuras.

É de ressaltar que valor dos 5% resultava já da Lei n.º 28/98, de 26 de junho, na medida em que, conforme o n.º 2 do artigo 24.º, “salvo acordo em contrário, que deverá constar de cláusula escrita no contrato inicial, o montante máximo recebido pelo empresário é fixado em 5% do montante global do contrato”.

No entanto, tanto o Intermediário como o seu representado podem fixar a percentagem como bem entenderem, na medida em que o regulamento deu primazia à liberdade contratual das partes.

e) Condições de pagamento – se é feito numa única prestação ou em prestações.

Para além do valor da remuneração, o contrato deve prever o modo como a mesma deverá ser efetuada

f) Data da assinatura;

g) Cláusulas de rescisão, caso existam;

O contrato de representação de Intermediário é um contrato de prestação de serviços, pelo que, em caso de lacuna, deve ser aplicado analogicamente o regime previsto no Código Civil.

h) Assinatura das partes, sendo obrigatório o reconhecimento presencial (notário ou advogado) da assinatura do jogador, quando este é parte, e a menção especial obrigatória de ter-lhe sido entregue cópia do contrato.

O Intermediário não pode agir em nome e por conta de praticantes desportivos menores de idade (artigo 5.º, n.º 4 do RIFPF), no entanto, estes podem celebrar contratos de representação, nomeadamente com vista à negociação de um contrato, sendo que a invalidade de uma cláusula desta natureza não afetaria a validade de todo o contrato.

Importa esclarecer, neste âmbito, a questão dos contratos celebrados com menores, ou seja, nos termos do disposto do artigo 122.º do Código Civil, “quem não tiver ainda completado dezoito anos de idade”.

Prevê o artigo 123.º do Código Civil que “salvo disposição em contrário, os menores carecem de capacidade para o exercício de direitos”, sendo que, esta incapacidade “é suprida pelo poder paternal (responsabilidades parentais⁶⁴) e, subsidiariamente, pela tutela”.

No entanto, existem atos que os menores podem praticar, sendo que, entre eles se encontram “os negócios jurídicos relativos à profissão, arte ou ofício que o menor tenha sido autorizado a exercer, ou os praticados no exercício dessa profissão, arte ou ofício”, tal como dispõe a alínea c) do n.º 1 do artigo 127.º do referido Código.

Assim, estando os menores sujeitos às responsabilidades parentais até à maioridade ou emancipação (artigo 1877.º do Código Civil), cabe aos pais autorizar a prática profissional de futebol, a qual constitui questão de particular importância nos termos e para os efeitos dos artigos 1901.º e 1906.º, n.º 2 do Código Civil.

Porém, não é necessária a autorização dos pais para a celebração do contrato de representação se, e apenas se, existir uma autorização expressa destes para a prática profissional da atividade de jogador de futebol.

⁶⁴ A Lei n.º 61/2008, que alterou, no n.º 2 do seu artigo 3.º dispõe que: “A expressão «poder paternal» deve ser substituída por «responsabilidades parentais» em todas as disposições da secção II do capítulo II do título III do livro IV do Código Civil.”, olvidando todas as menções fora desta secção, mas que se devem considerar alteradas mediante um exercício de interpretação da norma.

4.3.2.6. Regime Sancionatório

No que respeita ao regime sancionatório, prevê o artigo 13.º do RIFPF que cabe à FPF a responsabilidade pela imposição de sanções a qualquer das partes que violem as disposições do Regulamento.

Nesse sentido, a Direção da FPF, em reunião de 25 de junho de 2015, aprovou um novo Regulamento Disciplinar⁶⁵, o qual prevê quais as sanções aplicáveis aos intermediários.

Assim, prevê o n.º 3 do artigo 20.º do referido Regulamento que “Aos intermediários são aplicáveis as sanções disciplinares previstas nas alíneas a), b), e), f) e g) do número 1”, ou seja, as sanções de repreensão, multa, cancelamento de registo (artigo 39.º), impossibilidade de registo (artigo 38.º) e impedimento.

Por seu turno, o Capítulo VIII, prevê as sanções específicas dos delegados aos jogos dos clubes, dos treinadores, intermediários e outros agentes desportivos, estando especialmente previstas as sanções aplicáveis aos intermediários em caso de violação do dever de cuidado por parte destes (artigo 177.º) bem como em caso de utilização indevida da propriedade industrial (artigo 179.º).

É ainda de realçar a previsão de sanções para os casos em que ocorra violação do dever de cuidado nas relações com intermediários no que concerne aos clubes (artigo 96.º) e aos jogadores (artigo 151.º), bem como para casos em que exista usurpação das funções de intermediário (artigo 178.º).

4.3.2.7. Divulgação e Publicidade

No final do mês de março de cada ano, a FPF torna público no seu sítio oficial uma lista de informações relativas aos Intermediários que tenha registado, na qual deve, obrigatoriamente, constar (artigo 10.º, n.º 7 do RIFPF):

- a. Nomes de todos os Intermediários registados;*
- b. Transações que foram objeto de intermediação;*
- c. Montante total de todas as remunerações ou pagamentos efetuados pelos jogadores e clubes filiados;*

No que concerne ao terceiro requisito, é de ressaltar que a publicação deve ser realizada individualmente por cada clube e na totalidade pelos jogadores.

⁶⁵ Regulamento Disciplinar da Federação Portuguesa de Futebol, publicado pelo Comunicado Oficial da FPF n.º 430, de 26 de junho de 2015.

Tal como em qualquer tratamento de dados pessoais, importa então perceber se esta publicação poderá conflitar com a Lei de Proteção de Dados Pessoais (Lei n.º 67/98, de 26 de outubro).

Nesse sentido, consideram-se dados pessoais qualquer informação, de qualquer natureza e independentemente do respetivo suporte, relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável (“titular de dados”), nos termos do disposto na alínea a) do artigo 3.º da referida Lei, sendo que se considera tratamento de dados pessoais, nos termos da alínea b) do mesmo artigo, qualquer operação ou conjunto de operações sobre dados pessoais, efetuadas com ou sem meios automatizados, tais como a recolha, o registo, a organização, a conservação, a adaptação ou alteração, a recuperação, a consulta, a utilização, a comunicação por transmissão, por difusão ou por qualquer outra forma de colocação à disposição, com comparação ou interconexão, bem como o bloqueio, apagamento ou destruição.

De acordo com o artigo 6.º da Lei n.º 67/98, de 26 de outubro, o tratamento de dados pessoais só pode ser efetuado se o seu titular tiver dado, de forma inequívoca, o seu consentimento, ou seja, qualquer manifestação de vontade livre, específica e informada, nos termos da qual o titular aceita que os seus dados pessoais sejam objeto de tratamento (artigo 3.º, alínea h)).

Como sabemos, a Comissão Nacional de Proteção de Dados (adiante, CNPD) é uma entidade administrativa independente com poderes de autoridade, que funciona junto da Assembleia da República (artigo 2.º da Lei 34/2004, de 18 de agosto).

Tem, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 22.º da referida Lei, a atribuição genérica de controlar e fiscalizar o processamento de dados pessoais, em rigoroso respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades e garantias consagradas na Constituição e na Lei.

Nesse sentido, a CNPD deve ser consultada sobre quaisquer disposições legais, bem como sobre instrumentos jurídicos em preparação em instituições comunitárias ou internacionais, relativos ao tratamento de dados pessoais (n.º 2), dispondo do poder de emitir pareceres prévios ao tratamento desses dados, assegurando a sua publicitação (alínea c) do n.º 3).

No que concerne à inscrição de jogadores, o n.º 15 do Comunicado Oficial n.º 1 dispõe que esta “*é efetuada pela FPF, no prazo de três dias úteis contados da*

data do pedido, através das associações ou da LPFP, nos termos deste Comunicado”.

Deste modo, e nos termos das disposições conjugadas do artigo 10.º do RIFPF e da cláusula 10.^a da Declaração de Intermediário, tal consentimento existe, é claro e inequívoco, pelo que o tratamento da informação é totalmente lícito, desde que em nada conflitue com a reserva da vida privada, bem como com os direitos, liberdades e garantias fundamentais (artigo 2.º da Lei n.º 67/98 de 26 de outubro).

Intermediário A

Transações

Jogador B: Clube C – Clube D

Jogador E: Clube F – Clube G

Remunerações ou Pagamentos (montante total): X€

CONCLUSÃO

O futebol assume cada vez mais importância na sociedade, o facto de existirem milhões de adeptos, simpatizantes e praticantes à volta do futebol, faz com que esta modalidade desportiva tenha uma influência preponderante no mundo atual.

Trata-se de um desporto que dadas as suas características, se encontra em permanente mudança – claramente a organização das competições de hoje, difere em muito da existente ao tempo dos “Cinco Violinos” ou mesmo de José Maria Pedroto e Eusébio da Silva Ferreira.

É, pois facilmente compreensível a relevância dos diferentes intervenientes, desta prática desportiva.

Neste relatório optamos por incidir o nosso estudo sobre uma figura que consideramos preponderante, senão mesmo primordial no mundo do futebol – O Intermediário.

Reconhecendo a sua importância, bem como a premente necessidade de controlo, o Comité Executivo da FIFA aprovou, em março de 2014, o “*Regulations on Working with Intermediaries*”, que entrou em vigor a 1 de abril de 2015.

Este Regulamento define como Intermediário “a pessoa natural ou coletiva que, mediante retribuição ou gratuitamente, represente jogadores e/ou clubes nas negociações com vista a celebrar um contrato de trabalho ou que represente clubes nas negociações de um contrato de transferência”⁶⁶.

Porém, e porque as Federações nacionais, possuem uma maior proximidade face às diferentes realidades dos respetivos países e, conseqüentemente, têm a possibilidade de exercer um controlo mais direto sobre as atividades dos Intermediários, a FIFA entendeu que a melhor forma de solucionar o problema seria através da criação de um quadro legal flexível mas mais transparente, composto por requisitos mínimos.

Assim, coube às diferentes Federações adequar e implementar os seus próprios Regulamentos, a nível nacional, pelo que, a Federação Portuguesa de Futebol fez publicar, em 1 de abril de 2015, o seu Regulamento de Intermediários.

No artigo 4.º deste Regulamento, a figura do intermediário surge definida como sendo a “pessoa singular ou coletiva que, com capacidade jurídica, contra remuneração ou gratuitamente, representa o jogador ou o clube em negociações,

⁶⁶ Definition of an intermediary.

tendo em vista a assinatura de um contrato de trabalho desportivo ou de um contrato de transferência”.

Esta temática suscitou-nos, desde logo, particular interesse, sendo que, a análise do referido Regulamento aconteceu de forma natural, tal como a vontade de poder contribuir para facilitar a operacionalização de algumas matérias nele contidas, mormente, no que refere ao registo de intermediários. Estava lançado o repto que haveria de concretizar-se através do tratamento da informação necessária à elaboração do projeto de procedimento interno materializado em **4.3.2.**

Por outro lado, o Regulamento prevê a necessidade de aferir a idoneidade dos intermediários, bem como o exercício de funções de conciliação em caso de litígio criando, para tal, uma Comissão de Intermediários, a qual tem competência para emitir, a qualquer momento, pareceres obrigatórios e vinculativos, oficiosamente ou a requerimento de qualquer interessado sobre a idoneidade dos candidatos a Intermediário ou mesmo dos Intermediários, podendo nos caso destes últimos, haver lugar a cancelamento do registo.

Em suma, podemos constatar que, quando a candidatura de um Intermediário dá entrada na FPF, é verificado se a mesma cumpre todos os requisitos necessários, ou seja, se o Intermediário remeteu todos os documentos exigidos pelo artigo 7.º do Regulamento, bem como se o procedeu ao pagamento da taxa administrativa de registo, tendo sempre em atenção que, no caso de os candidatos a Intermediários serem pessoas coletivas, haver necessidade de o seu representante estar inscrito como Intermediário – podendo a candidatura ser feita simultaneamente.

Terminada esta fase, a candidatura é remetida à Comissão de Intermediários para que esta aprecie a idoneidade do candidato, sendo que, após a aprovação por parte desta, cabe à Direção Jurídica da FPF enviar a candidatura à Secretaria da FPF, para que seja atribuído um número de Intermediário, bem como emitido o respetivo cartão.

Nesse sentido, podemos afirmar que, a publicação do Regulamento de Intermediários da Federação Portuguesa de Futebol abriu diversas portas, as quais apenas a prática e a dinâmica do “mundo do futebol” permitirão abrir e explorar. Com a transmissão da responsabilidade de regulação da atividade dos Intermediários da FIFA para as Federações Nacionais, estas poderão exercer um maior controlo sobre aquela atividade, respeitando sempre a liberdade contratual das partes envolvidas nos negócios.

AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO

Ao longo deste relatório procurámos apresentar o caminho percorrido durante o estágio curricular na Federação Portuguesa de Futebol. No entanto, e de certa modo, este relatório resume apenas algumas aprendizagens realizadas, uma vez que, descrever de forma precisa um percurso tão complexo deixa de fora, por certo, diversas aprendizagens adquiridas, mormente, às aprendizagens a nível pessoal. Porém, apesar de ser difícil referir e abordá-las todas, tentámos, ao máximos, exprimi-las no presente relatório.

Assim, a realização deste estágio curricular revelou-se uma experiência muito enriquecedora, tanto a nível profissional como pessoal, na medida em que permitiu associar a vertente teórica à prática, potenciando o desenvolvimento intelectual.

A aquisição de novas experiências, bem como o contacto com pessoas de elevado conhecimento na área do Direito do Desporto, especialmente, no que concerne ao futebol, permitiram-nos compreender que, para trabalhar em prol de um objetivo comum, é essencial existir diálogo, coordenação e capacidade de gestão de pequenos conflitos, sendo que, só desta forma o trabalho individual se pode desenvolver, contribuindo para um serviço funcional na sua totalidade.

Ali, encontrámos um grupo de trabalho que nos acolheu e proporcionou os recursos e ambiente necessários à promoção de boas práticas, transmitindo conhecimentos e hábitos de trabalho.

Nesse sentido, foi fulcral o papel que o Dr. João Leal, enquanto Diretor Jurídico da FPF teve na orientação deste estágio. A sua disponibilidade, o seu exemplo de profissionalismo e rigor, bem como a facilidade em transmitir conhecimentos, facilitaram o trabalho, permitindo melhorar as competências sociais e, sobretudo, adquirir experiência profissional. Graças à sua iniciativa, tivemos a oportunidade de contactar com questões tão diversas, como os processos das Comissões de Arbitragem, a atribuição dos direitos televisivos e participar na elaboração do projeto de protocolo entre o SEF, a FPF e a LIGA PORTUGAL e do Regulamento de Intermediários da FPF.

Por outro lado, não podemos olvidar o apoio e os ensinamentos do Professor Doutor José Manuel Meirim, orientador sempre presente, incansável e disponível, que fizeram com que, não apenas a elaboração do presente relatório mas, principalmente, o trabalho no dia-a-dia na Federação saísse facilitado.

No início do estágio, existia uma diversidade de expectativas e anseios, tendo como objectivo pessoal retirar o máximo de aprendizagens e experiências significativas que este percurso poderia oferecer, sendo que, podemos agora considerar que todos os nossos objectivos e expectativas foram atingidos e os anseios ultrapassados. Tratou-se de um estágio muito enriquecedor e dinâmico, pelo que o balanço final é bastante positivo, tendo, sem dúvida, representado o início de uma aprendizagem essencial para o bom desempenho profissional.

Após o estágio, podemos aferir que o mundo das quatro linhas só se realiza se estiver alguém do lado de fora para o concretizar.

BIBLIOGRAFIA

- AA.VV., *O Desporto que os tribunais praticam*, José Manuel Meirim (coord.), Coimbra: Coimbra Editora, 2014
- ANTIGNANI, Felice, “Gli Intermediari: ruolo e portata nella regolamentazione calcistica internazionale”, *Rivista di Diritto ed Economia dello Sport*, Nocera Inferiore, Salerno: Sports Law and Policy Centre Srls, 2014
- CORREIA, Lúcio, *Limitações à Liberdade Contratual do Praticante Desportivo*, Lisboa: Livraria Petrony, 2008
- FERREIRA DE ALMEIDA, Carlos, *Contratos III – Contratos de liberalidade, de cooperação e de risco*, Coimbra: Almedina, 2012
- HESPANHA, António Manuel, *O Caleidoscópio do Direito – O Direito e a Justiça nos dias e no mundo de hoje*, Coimbra: Almedina, 2007
- LEAL AMADO, João, *Vinculação versus Liberdade – O processo de constituição e extinção da relação laboral do praticante desportivo*, Coimbra: Coimbra Editora, 2002
- MEIRIM, José Manuel, *Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto*, Coimbra: Coimbra Editora, 2008
- OLIVEIRA ASCENSÃO, José de, *O Direito – Introdução e Teoria Geral*, 13.^a edição refundida, Coimbra: Almedina, 2008
- PAIS DE VASCONCELOS, Pedro, *Contratos Atípicos*, Coimbra: Almedina, 1995
- PAIS DE VASCONCELOS, Pedro, *Teoria Geral do Direito Civil*, Coimbra: Almedina, 2008
- PESSOA, Fernando, “Palavras Iniciais”, *Revista de Comércio e Contabilidade*, nº 4, Lisboa, 1926 in <http://arquivopessoa.net/textos/2412>
- PINTO DUARTE, Rui, *Tipicidade e atipicidade dos contratos*, Coimbra: Almedina, 2000
- PRATA, Ana, colaboração de CARVALHO, Jorge, *Dicionário Jurídico, Volume I, Direito Civil, Processo Civil e Organização judiciária*, 5.^a edição, Coimbra: Almedina, 2008
- STOPSHIRE, Kenneth L., DAVIS, Timothy, *The Business of Sports Agents*, Second Edition, Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2008

Legislação

- . Código Civil
- . Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas
- . Lei n.º 1/90 de 13 de janeiro (Lei de Bases do Sistema Desportivo)
- . Lei n.º 28/98, de 26 de junho, que estabelece um novo regime jurídico do contrato de trabalho do praticante desportivo e do contrato de formação desportiva e revoga o Decreto-Lei n.º 305/95, de 18 de novembro, alterada pela Lei n.º 114/99, de 3 de agosto e pela Lei n.º 74/2013, de 6 de setembro
- . Lei n.º 67/98, de 26 de outubro (Lei da Proteção de Dados Pessoais)
- . Lei n.º 30/2004, de 21 de julho (Lei de Bases do Desporto)
- . Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro (Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto)
- . Decreto-Lei n.º 248-B/2008, de 31 de dezembro, que estabelece o Regime Jurídico das Federações Desportivas e as condições de atribuição do estatuto de Utilidade Pública Desportiva
- . Lei n.º 39/2009, de 30 de setembro, que estabelece o regime jurídico do combate à violência, ao racismo, à xenofobia e à intolerância nos espetáculos desportivos, de forma a possibilitar a realização dos mesmos com segurança, alterada pelo Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de novembro e pela Lei n.º 52/2013, de 25 de julho
- . Decreto-lei n.º 14/2013, de 28 de janeiro, que institui o número de identificação fiscal, bem como as condições da sua atribuição, respetivos efeitos e gestão.
- . Decisão-Quadro 2009/315/JAI, transposta para ordem jurídica interna pela Lei n.º 37/2015, de 5 de maio (Decisão-Quadro relativa ao intercâmbio de informações sobre registos criminais) e na Decisão 2009/316/JAI (Decisão ECRIS)

Regulamentação

a) Portuguesa

- . Estatutos e Regulamento Eleitoral da FPF, aprovados na Assembleia Geral de 18 de outubro de 2014, disponível em <http://www.fpf.pt/Portals/0/Documentos/Centro%20Documentacao/Estatutos%20FPF%202014.pdf>
- . Declaração de Utilidade Pública Desportiva da FPF (Despachos n.ºs 44/93, de 11.12, 56/95, de 14 de setembro, 8173/2011, de 9 de junho, 5331/2013, de

- 22 de abril), disponível em <http://www.fpf.pt/Portals/0/Documentos/Centro%20Documentacao/Estatutos/Despachos.pdf>
- . Regulamento das Competições Organizadas pela Liga Portuguesa de Futebol Profissional, disponível em http://www.ligaportugal.pt/media/6772/reg_competicoes-2014-2015.pdf
 - . Regulamento de Intermediários, publicado pelo Comunicado Oficial da FPF n.º 310, de 1 de abril de 2015, disponível em <http://www.fpf.pt/Portals/0/Documentos/Centro%20Documentacao/2014/C O Regulamento Intermediarios.pdf>
 - . Regulamento Disciplinar da Federação Portuguesa de Futebol, publicado pelo Comunicado Oficial da FPF n.º 430, de 26 de junho de 2015, disponível em http://www.fpf.pt/Portals/0/Documentos/RegimentosRegulamentos/CO_430 Regulamento Disciplinar.pdf
 - . Regulamento do Estatuto, da Categoria, da Inscrição e Transferência dos Jogadores, publicado pelo Comunicado Oficial da FPF n.º 435, de 30 de junho de 2015, disponível em <http://www.fpf.pt/Portals/0/Documentos/RegimentosRegulamentos/CO-487.pdf>

b) Estrangeira

- . Players' Agents Regulations (1996), de 20 de maio de 1994
- . Players' Agents Regulations (2001), de 10 dezembro de 2000, disponível em [http://resources.fifa.com/mm/document/affederation/administration/67/03/46/playersagentsregulations\(edition2001\).pdf](http://resources.fifa.com/mm/document/affederation/administration/67/03/46/playersagentsregulations(edition2001).pdf)
- . Players' Agents Regulations (2008), de 29 de outubro de 2007, disponível em http://resources.fifa.com/mm/document/affederation/administration/51/55/18/players_agents_regulations_2008.pdf
- . Regulations on the Status and Transfer of Players, disponível em http://www.fifa.com/mm/document/affederation/administration/regulations_on_the_status_and_transfer_of_players_en_33410.pdf
- . Regulations on Working with Intermediaries, disponível em http://www.fifa.com/mm/document/affederation/footballgovernance/02/36/77/63/workingwithintermediariesenweb_neutral.pdf

- . FA Regulations on Working with Intermediaries, disponível em <http://www.thefa.com/~media/files/thefaportal/governance-docs/agents/intermediaries/31%20march/fa-regulations-on-working-with-intermediaries.ashx>
- . Reglamento de Intermediarios de la RFEF, disponível em <http://cdn1.sefutbol.com/sites/default/files/pdf/Reglamento-Intermediarios-web.PDF>
- . Regolamento Procuratori Sportivi 2015 (Comunicato n° 190/A del 26 marzo 2015), disponível em [http://www.figc.it/Assets/contentresources_2/ContenutoGenerico/28.\\$split/C_2_ContenutoGenerico_3818_Sezioni_1stSezioni_0_1stCapitoli_0_upfFileUpload_it.pdf](http://www.figc.it/Assets/contentresources_2/ContenutoGenerico/28.$split/C_2_ContenutoGenerico_3818_Sezioni_1stSezioni_0_1stCapitoli_0_upfFileUpload_it.pdf)

GUIÃO DE ANEXOS

ANEXO I

Tabela de processos nas Comissões de Arbitragem

ANEXO II

Calendário de processos nas Comissões de Arbitragem

ÍNDICE

RESUMO	I
ABSTRACT	II
DECLARAÇÃO ANTI PLÁGIO	III
AGRADECIMENTOS	V
INTRODUÇÃO	1
I. RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	6
1. Processos nas Comissões de Arbitragem	6
2. Direitos televisivos FPF	7
3. Segurança e utilização dos espaços de acesso público	7
4. Protocolo SEF, FPF e LIGA PORTUGAL	8
5. Força executória das sentenças do Tribunal Arbitral de Desporto de Lausanne	9
6. Regulamento dos Intermediários da FPF	10
7. Atribuição de verbas decorrentes das competições organizadas pela FPF	11
8. Contribuição de solidariedade	11
a) Exercício pela FPF	11
b) Exercício por outros clubes	12
9. Análise da Lei n.º 28/98, de 26 de junho, alterada pela Lei n.º 114/99, de 3 de agosto	13
10. Reuniões e Grupos de trabalho	13
II. O INTERMEDIÁRIO	15
1. A figura do agente de jogadores	15
1.1. Contextualização e evolução	15
2. A FIFA e a figura do “ <i>Players’ Agent</i> ”	18
2.1. O Regulamento FIFA dos Agentes de Jogadores de 20 de maio de 1994 - <i>Players’ Agents Regulations</i> (1996)	18
2.2. O Regulamento FIFA dos Agentes de Jogadores de 10 de dezembro de 2000 - <i>Players’ Agents Regulations</i> (2001)	20
2.3. O Regulamento FIFA dos Agentes de Jogadores de 29 de outubro de 2007 - <i>Players’ Agents Regulations</i> (2008)	22
3. O caso português – As figuras do empresário desportivo e do agente de jogador	25
3.1. A Lei de Bases do Sistema Desportivo (Lei n.º 1/90 de 13 de janeiro)	25
3.2. O regime jurídico do contrato de trabalho do praticante desportivo e do contrato de formação desportiva (Lei n.º 28/98, de 26 de junho)	25
3.3. A Lei de Bases do Desporto (Lei n.º 30/2004, de 21 de julho)	28
3.4. A Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto (Lei n.º 5/2007, de 16 de	29

janeiro)	
4. A figura do Intermediário	31
4.1. O Regulamento FIFA dos Intermediários de 11 de junho de 2014 – “Regulations on Working with Intermediaries” (2015)	31
4.2. A regulamentação estrangeira	34
4.2.1. Espanha	35
4.2.2. Itália	35
4.2.3. Reino Unido	36
4.3. O Regulamento de Intermediários da FPF	37
4.3.1. A Lei vs. O Regulamento	38
4.3.2. O procedimento interno na FPF	42
4.3.2.1. Inscrição e Registo	42
4.3.2.2. Procedimento a adotar para anteriores agentes FIFA licenciados pela Federação Portuguesa de Futebol	48
4.3.2.3. Comissão de Intermediários	49
4.3.2.4. Aprovação da candidatura e entrega do cartão de Intermediário	51
4.3.2.5. Contrato de representação	54
4.3.2.6. Regime Sancionatório	58
4.3.2.6. Divulgação e Publicidade	58
CONCLUSÃO	61
AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO	63
BIBLIOGRAFIA	65
LEGISLAÇÃO	65
REGULAMENTAÇÃO	66
a) Portuguesa	66
b) Estrangeira	67
ANEXOS	69